# Tribuna da Luta Operária

ANO V — Nº 161 — DE 2 A 8 DE ABRIL DE 1984

Cr$ 300,00

## 20 anos que arruinaram o país:

# A imagem podre da ditadura

**As torturas e assassinatos nos porões do regime. O bolo que cresceu, solou e nunca foi repartido. A dívida que cresce sozinha e o império do FMI. A decadência da ditadura e o papel da campanha pelas diretas.**
**Págs. 7 a 12**



EDITORIAL

## Festa não, velório

As comemorações sobre os 20 anos do golpe de 1964 serão confinadas dentro dos quartéis. Os generais não têm mais como sair às ruas para apregoar as *maravilhas* da ditadura. Não existe mentira capaz de tapar o mau cheiro, que exala por todo lado, do imenso mar de corrupção implantado pela ditadura. Não existe mágica que possa iludir o desespero e a fome dos trabalhadores, desempregados ou trabalhando a troco de uma salário indigno, insuficiente para as necessidades mais elementares. Não existe malabarismo suficiente para desviar a atenção do país escandalizado pela mais ignominiosa traição à pátria, com a submissão do governo aos ditames do FMI. O povo vai às ruas hoje, aos milhões, exatamente para repudiar tudo isto, para exigir o fim imediato do regime implantado pelos generais e conquistar eleições diretas já.

Mas nem mesmo dentro dos quartéis haverá propriamente uma comemoração. A crise é de tal envergadura que mesmo nas altas cúpulas das Forças Armadas espalha-se a discórdia e a disputa. Basta ver o episódio recente do almirante Maximiano, rifado do ministério da Marinha. Na sua despedida em Brasília compareceram os ministros e a alta oficialidade da Marinha e da Aeronáutica, com a ausência do Exército. E no Rio 600 oficiais da Marinha prestaram uma sintomática solidariedade a Maximiano.

Dentro do próprio Palácio do Planalto reina o desentendimento. Até os chamados ministros da casa estão envolvidos num cipoal de contradições. Incapaz de enfrentar os gravíssimos problemas do país, desmoralizado e isolado, o governo está paralítico. Sua única atividade na verdade é a busca desenfreada de uma fórmula continuísta para o regime.

A maré oposicionista cresceu tanto, as massas nas ruas ganharam tal ímpeto, e as dissenções no governo alcançaram tamanha amplitude, que o próprio vice-presidente Aureliano Chaves afirmou, na última segunda-feira, dia 26, sentir prenúncios de uma crise institucional.

Crise da dívida externa, crise da inflação, crise do sistema financeiro, crise do BNH, crise em todos os terrenos da sociedade. Este é o retrato fiel do golpe de 1964 ao completar estes intermináveis 20 anos. E como catalizador de tudo isto, gerando uma situação explosiva, desenrola-se a tumultuosa novela da sucessão presidencial. Aí estão os ingredientes que prenunciam a crise institucional farejada pelo vice-presidente, que continua no jogo incoerente de falar pelas diretas e ao mesmo tempo manobrar com o Colégio Eleitoral.

Desta forma, não haverá festa. O clima é de velório. Mas o defunto não irá para a cova por suas próprias pernas. Os generais negam-se a reconhecer o óbito evidente e tramam inclusive a manutenção do corpo do regime em putrefação, a despeito do repúdio unânime de mais de 95% dos brasileiros.

O desfecho favorável desta cena macabra depende portanto da iniciativa das forças democráticas — em particular dos trabalhadores, para vencer os temores e vacilações ainda existentes na oposição.

Neste 1º de abril, o povo não tem porque ficar em casa. Cada operário, cada trabalhador, patriota e democrata tem a responsabilidade de "comemorar" estes 20 anos de opressão trabalhando com afinco para virar esta página negra de nossa história e abrir um novo capítulo, de liberdade e progresso para a nossa pátria. E a forma mais eficiente e prática de realizar isto neste momento é fortalecendo a batalha pelo voto direto. Se cada brasileiro se dedicar a organizar um comitê, juntando os amigos, colegas de trabalho, vizinhos, companheiros de luta, em todo o Brasil ganhará força redobrada a exigência: Fora Figueiredo! Diretas já!

*A indústria alagoana, hoje semideserta: a cidade não tem onde empregar os demitidos*

## Projeto de Aurélio defende direito à greve

*Brasília* — O deputado operário Aurélio Peres apresentou na semana passada um projeto de lei mudando a draconiana lei de greve. "As alterações propostas, embora ainda modestas — nossa meta é a revogação —, poderão servir significativamente aos operários e demais trabalhadores neste período de transição em que nos encontramos", diz Peres. O projeto suprime da lei os principais impedimentos à deflagração de greves legais, elimina as punições a grevistas e retira do TRT e do Ministério do Trabalho a função de julgar a legalidade dos movimentos paredistas. **(da sucursal)**

## Imperialismo destruiu 2 vezes esta fábrica

**Um assassinato, um suicídio e 700 desempregados: na tragédia de Delmiro Gouveia, um libelo contra o capital estrangeiro.**
**Pág. 6**

## Mazzarollo em greve de fome pela liberdade

O último dos presos políticos quer "liberdade ou morte". Pag. 4

## Farsa eleitoral em El Salvador gorou

**Regime sai das urnas pior que antes.** **Pág. 2**

## Patrões do ABC com medo da greve

**As multinacionais de São Bernardo esconderam seus estoques de carros temendo uma greve dos metalúrgicos em abril.** **Pág. 5**

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

# Povo chileno vai às ruas e enfrenta tropas de Pinochet

**O povo chileno realizou terça-feira dia 27 mais uma jornada nacional de luta contra a ditadura militar-fascista do general Pinochet. Manifestações de rua, greve nas escolas e choques com a polícia nas periferias marcaram o protesto. As forças policiais assassinaram pelo menos quatro pessoas, inclusive o menino Francisco Fuenzalida, de 13 anos.**

*Na avenida O'Higgins, centro de Santiago, estudantes gritam: "Vai acabar, vai acabar, a ditadura militar!"*

Francisco estava na favela de La Victoria, com 50 mil habitantes, na periferia Sul de Santiago, quando a polícia chegou. O padre Pierre Dibois, 52 anos, ainda tentou conter a violência repressiva, mas foi espancado e detido. Pouco depois começavam os disparos sobre a concentração popular que se realizava na favela. O menino, atingido por uma granada, morreu. Momentos antes, em Concepción, um jovem estudante já fora abatido a tiros num confronto entre manifestantes e policiais.

A polícia e também o Exército agiram com a já tradicional selvageria pinochetista. Jatos de água, cassetetes, bombas de gás, armas de fogo e até um helicóptero foram usados contra o povo que reclamava o fim do regime, convocado por várias entidades de trabalhadores e democratas.

**LUTA DE RUA**

Entre alguns organizadores das manifestações, houve particular insistência em sublinhar o caráter pacífico do dia de protesto. Uma passeata à noite no centro de Santiago, em desafio ao toque de recolher, foi cancelada com esta intenção. Entretanto a brutalidade policial começou já na segunda-feira, quando foram feitas 369 prisões e só deixou aos chilenos a alternativa de resistir. Sobretudo nos bairros pobres da periferia da capital chilena, de Concepción e outras cidades, o povo enfrentou a polícia com os meios de que dispunha.

Esta disposição de resistir vai se tornando uma tradição nas jornadas de protesto contra a ditadura de Pinochet. Nos sete dias de protesto realizados em 1983, o povo aprendeu várias táticas para neutralizar as tropas pinochetistas, e até fazê-las retroceder. A repressão, por sua vez, promove a violência havendo ou não reação popular. No ano passado, nada menos que 97 pessoas morreram vítimas dessa política.

**AS BOMBAS DA DITADURA**

Por outro lado, as bombas que explodiram em vias férreas e centrais elétricas de várias cidades chilenas encontraram uma explicação bem diversa da oficial — de que seriam obra de "terroristas de esquerda". Segundo o ex-tenente da Aeronáutica chilena Jorge Antonio Carrasco, que desertou do Centro Nacional de Informações (novo nome da famigerada DINA), elas "seguramente terão sido organizadas pelo próprio governo, para confundir a opinião pública". Para Carrasco, "o governo se encarrega de organizar uma série de atentados, culpando imediatamente os dissidentes para ter uma desculpa a fim de intervir com violência".

Do ponto de vista da adesão popular, a jornada do dia 27 foi considerada "um êxito absoluto" por seus organizadores. Milhares e milhares de pessoas participaram delas, quer nos atos públicos, quer batendo ruidosamente panelas vazias para indicar que os chilenos têm fome.

## Solidariedade em São Paulo

Em São Paulo, que concentra um grande contingente de operários chilenos emigrados, o dia nacional de protesto contra o regime fascista de Pinochet também foi assinalado por um ato de solidariedade. Cerca de 200 pessoas compareceram ao Sindicato dos Químicos, entre elas representantes do PMDB, PT, PC do B, PCB, sindicalistas, entidades estudantis e de mulheres e comitês de solidariedade. O dirigente comunista João Amazonas foi levar seu apoio à luta do povo irmão do Chile.

Também em Buenos Aires, cerca de mil pessoas se manifestaram em solidariedade à luta do povo chileno.

# O fiasco das eleições em El Salvador

**Um escandaloso fracasso. Assim pode ser definida a farsa eleitoral de El Salvador no domingo, 25 de março. Até os observadores dos Estados Unidos denunciaram a ilegitimidade do pleito.**

**O Conselho Central das Eleições ainda não anunciou os resultados, mas o candidato do PDC, Napoleón Duarte, já se declarou vencedor.**

*Exército salvadorenho impede eleitor sem documento de chegar à urna de votação*

A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e a Frente Democrática Revolucionária (FDR) apontaram o fracasso das eleições e advertiram para o "redobrado perigo de uma intervenção militar maciça norte-americana". Ronald Reagan pretende aumentar em 61,7 milhões de dólares a ajuda ao governo militar salvadorenho para combater os patriotas que, com armas nas mãos, lutam pela libertação do país.

As eleições realizadas no domingo visavam justificar junto ao povo norte-americano o apoio do governo ianque à ditadura salvadorenha. Mas até mesmo um observador dos EUA nas eleições, o ex-secretário da Justiça Ranmsey Clark, confessou que Washington organizou as eleições "unicamente para descrever como democracia a tirania que apóia".

O Conselho Central das Eleições — encarregado de apurar os votos — até terça-feira não havia anunciado o resultado das urnas. O único resultado divulgado pelo CCE referia-se ao departamento de San Vicente, e dava vitória ao candidato da Aliança Republicana Nacionalista, Roberto D'Aubisson. Mas depois o próprio CCE desmentiu esse resultado e, sem apresentar justificativas, passou a dar a vitória para Napoleón Duarte, do Partido Democrata Cristão. Napoleón, por sinal, já se declarou vencedor do pleito. Mas um outro candidato a presidente, René Fortin, da Ação Democrática, denunciou o enorme número de fraudes ocorridas.

**AÇÃO GUERRILHEIRA**

Os guerrilheiros, por sua vez, considerando que o povo era obrigado a votar — não comparecer à votação equivale a uma confissão de apoio à guerrilha, o que pode levar ao fuzilamento do eleitor — desenvolveram uma ampla ação de sabotagem e confisco das cédulas de identidade dos cidadãos. Sem o documento, o eleitor não pode votar. Tal ação contou com o apoio popular — os eleitores têm, então, uma justificativa para não comparecer às urnas. Com isso, o número de votantes acabou sendo menor do que o registrado nas eleições de 1982 — quando foram apurados 1,5 milhão de votos. Agora, apenas 1,3 milhão de votos foram depositados nas urnas, e El Salvador tem cerca de 2,5 milhões de eleitores.

# Mitterrand visita o chefe Ronald Reagan

O presidente francês François Mitterrand realizou uma visita de sete dias aos Estados Unidos. Suas demoradas conversações com o chefete do imperialismo norte-americano, Ronald Reagan, reafirmaram a aliança interimperialista dos dois países. Não fosse a grave crise econômica e social, evidenciada por uma dívida externa de 50 nilhões de doláres e um índice de desemprego de 9%, bastaria a política externa de Mitterrand para desfazer a quimera do "socialismo democrático" francês.

A primeira visita de Mitterrand aos EUA como presidente da França foi marcada pela identidade de pontos de vista (salvo no que tange à América Central) quanto aos principais problemas da situação internacional. A cordialidade foi tanta que ambas as partes caracterizaram a atual fase das relações entre os dois países como uma "verdadeira lua-de-mel". E como que para convencer o público da autenticidade desse esdrúxulo concubinato entre um furioso anticomunista e um socialista de fachada, os anfitriões cuidaram de banquetear com o convidado ao som da música romântica de Julio Iglesias.

Eufóricos, os porta-vozes da Casa Branca ditavam aos jornalistas: "Nós temos muitos amigos, mas a França é certamente um aliado muito sólido. Não temos um melhor". Agradecido, Mitterrand proclamou: "Os americanos são nossos grandes aliados... A França continuara sendo um aliado seguro e constante dos EUA".

**POLÍTICA PRÓ-AMERICANA**

De fato, desde que eleito em 1981, Mitterrand empreendeu flexões na política externa francesa, tornando-a, de um lado, mais agressiva e intervencionista e, de outro, mais subserviente aos ditames de Washington. Embora não participe oficialmente da OTAN, a França foi uma das vozes mais ressonantes em defesa da instalação dos mísseis norte-americanos *Pershing* e *Cruise* no território europeu. Por solicitação de Washington, integrou a chamada "força multinacional de paz" no Líbano, na verdade uma força de ocupação, hoje constrangida a se retirar, derrotada militarmente e profundamente desgastada em termos políticos. No Chade, sua ex-colônia no centro-norte da África, a França de Mitterrand voltou a mostrar suas garras imperialistas, intervindo militarmente também a serviço dos interesses imperialistas dos EUA naquela tensa região. E na guerra do Golfo Pérsico entre o Irã e o Iraque, tomou partido deste último a quem fornece armas e apoio político-diplomático.

**EUROPA, PRESA DAS SUPERPOTÊNCIAS**

A Europa foi convertida num cipoal de contradições e disputas políticas, econômicas e militares e no ponto nodal da estratégia de luta imperialista entre os EUA e a URSS. Por isso soou desafinada e cairá no vazio a cantilena repetida por Reagan e Mitterrand acerca da retomada do diálogo Leste-Oeste. François Mitterrand anuncia para breve uma visita a Moscou, onde dirá e ouvirá o mesmo dos chefetes do Krêmlin, sem nenhum resultado concreto.

Outro aspecto interessante a ressaltar é que a visita de François Mitterrand aos Estados Unidos se deu exatamente após o fracasso de mais uma reunião de cúpula da *Comunidade Econômica Européia* (CEE), por ele presidida. Esta exacerbação dos desentendimentos no seio da CEE, que ameaça a própria continuidade da organização monopolista do grande capital europeu, é mais um sintoma da grave crise por que passa o sistema capitalista em escala internacional e um atestado da falência dos planos para formar uma "Europa Unida".

# Israel antecipa eleição devido à crise política

*Shamir: isolado*

Na semana passada a crise política em Israel acirrou-se e ganhou novos contornos com a queda do governo encabeçado por Yitzhak Shamir e a antecipação das eleições para 23 de junho. A queda da coalizão *Likud* do governo decorre da bancarrota e do isolamento internacional da política dos sionistas, que se acentuou a partir de 1981, quando o arquifascista Menachem Beguin foi guindado ao poder. Yitzahk Shamir, seu sucessor no cargo de primeiro-ministro desde setembro passado, aprofundou ainda mais o curso aventureiro e belicista da política externa israelense.

**PANORAMA SOMBRIO**

A economia israelense, atingida por drástica recessão, só não faliu devido às constantes injeções de dólares aplicadas por seus patrões, os imperialistas ianques. Anualmente entram em Israel 25 bilhões de dólares somente a título de ajuda do governo dos EUA. Os salários são arrochados; seu valor foi reduzido em 15% em 1983. O desemprego é hoje estimado em 6,5% da População Economicamente Ativa. A inflação dispara, chegando a 225%. Este quadro sombrio da crise, que gera uma crescente insatisfação interna, leva os círculos sionistas a fazerem remanejamentos e renderem periodicamente os caês-de-guarda para que não sucumba o seu bastião reacionário.

**ISOLAMENTO INTERNACIONAL**

Se a crise econômica interna tem sérias implicações políticas e faz seus estragos, a causa maior da briga de foice entre as diversas facções do sionismo são as sucessivas derrotas do país no plano internacional. A "gota d'água" foi o recente rompimento do acordo líbano-israelense e a conferência libanesa na Suíça. Atuando como cego gendarme da Casa Branca no Oriente Médio, Israel tem baseado sua política exterior no militarismo e na intervenção aberta. Particularmente na invasão do Líbano em junho de 1982, incitada e alimentada pelos EUA, a camarilha de Menachem Beguin revelou banditismo e agressividade inexcedíveis.

Com a queda do governo de Shamir, que antecipa as eleições gerais originalmente marcadas para novembro de 1985, abre-se um novo período de choques e disputas intestinas nos principais partidos políticos israelenses pela conquista da maioria parlamentar e da prerrogativa de indicar o nome do novo chefe de governo.

**VOLTA O PARTIDO TRABALHISTA**

Condenado e isolado pela opinião pública em função dos três anos de desgoverno, o partido de Menachem Beguin/Yitzhak Shamir, o *Herut* (o principal da coalizão *Likud*) tem poucas chances de ganhar as eleições. As pesquisas de opinião veiculadas pela imprensa internacional dão como provável vencedor o *Partido Trabalhista*, liderado por Shimon Perez. Apesar das diferenças de táticas e métodos, nada mudará se Perez voltar ao poder (ele já foi primeiro-ministro de Israel em outras épocas).

**(José Reinaldo Carvalho)**


**Tribuna Operária**

**Endereço:** Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. **Telefone:** 36.7531 (DDD 011). **Telex:** 01132133 TLOPBR.
**Jornalista Responsável:** Pedro de Oliveira
**Conselho de direção:** Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel.

**ALAGOAS: Arapiraca:** Praça Marquês da Silva, Ed. Artur F. Neto. Apto 312 — CEP 57000. **Maceió:** Rua Cincinato Pinto, 183 — Centro — CEP 57000.
**AMAZONAS: Manaus:** Rua Simon Bolivar, 231 (ant. Praça da Saudade) — Caixa Postal 1439 — CEP 69000.
**BAHIA: Camaçari:** Rua José Nunes de Matos, 12 — CEP 42800. **Feira de Santana:** Av. Santos Dumont, 218 — Centro — CEP 44100. **Itabuna:** Av. Juracy Magalhães, 180, Sala 204 — CEP 45600. **Itapetinga:** Av. Santos Dumont, 44, 1º andar — Centro. **Juazeiro:** Rua Américo Alves, 6-A — CEP 44060. **Salvador:** Rua Senador Costa Pinto, 845, Centro — CEP 40000. **Simões Filho:** Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Climesf) - CEP 43700.
**CEARÁ: Fortaleza:** Rua do Rosário, 313, sala 203 — CEP 60000. **Iguatu:** Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar — CEP 79960. **Sobral:** Av. Dom José, 1236, sala 4 — CEP 62100.
**DISTRITO FEDERAL: Brasília:** Edifício Venâncio IV, sala 312 — CEP 70302.
**ESPÍRITO SANTO: Cachoeiro do Itapemirim:** Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 — Centro — CEP 29300. **Vitória:** Rua Francisco Araújo, 77 (esquina com escadaria Cleto Nunes) Centro — CEP 29000.
**GOIÁS: Goiânia:** Rua 27, nº 69 — Centro — CEP 74000. **Formosa:** Rua Emilio Póvoa, sala 4 — CEP 77200.
**MARANHÃO: São Luis:** Rua da Saavedra, 99 - Centro - CEP 65000.
**MATO GROSSO: Cuiabá:** Rua Comandante Costa, 548. Fone: 321.5095 — CEP 78000.
**MATO GROSSO DO SUL: Campo Grande:** R. Antonio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 — CEP 79100.
**MINAS GERAIS: Belo Horizonte:** Av. Amazonas, 491, sala 817, Fone: 224.7605 — CEP 30000. **Juiz de Fora:** Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 — CEP 36100.
**PARÁ: Belém:** Rua Aristides Lobo, 620 — Centro — CEP 66000.
**PARAÍBA: João Pessoa:** Rua Duque de Caixas, 540, 2º andar, sala 201 — Calçadão Centro — CEP 58000. **Campina Grande:** Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar — CEP 58100.
**PARANÁ: Curitiba:** Rua Martim Afonso, 370 — CEP 87000. **Londrina:** Rua Sergipe, 891, salas 7 e 8 — CEP 86100.
**PIAUÍ: Teresina:** Rua Eliseu Martins, 1130, 1º andar — CEP 64000.
**PERNAMBUCO: Cabo:** Rua Vigário Batista, 236 — CEP 54500. **Garanhuns:** Rua 13 de Maio, 85, 1º andar, sala 3 — CEP 55300. **Recife:** Rua Sossego, 221, Boa Vista — CEP 50000.
**RIO GRANDE DO NORTE: Natal:** Rua Fonseca e Silva, 1098, sala 202 — Alecrim — CEP 59000.
**RIO GRANDE DO SUL — Porto Alegre:** Rua General Câmara, 52 sala 29 — CEP 90000. **Caxias do Sul:** Rua Dal Cannale, 1891, 2º andar, Fundos. CEP 95100. **Pelotas:** Rua Andrade Neves, 1589, sala 403 — CEP 96100. **Cachoeirinha:** Av. Flores da Cunha, 1235, sala 02 (Aberto depois das 18 horas e sábados das 9 às 12 horas).
**RIO DE JANEIRO: Rio de Janeiro:** Rua São José, 90, sala 2208 — CEP 20000. **Rio de Janeiro:** Rua Carvalho de Souza, 155, loja F, Madureira — CEP 20000. **Niterói:** Av. Amaral Peixoto, 370, sala 807 — CEP 24000. **Duque de Caxias:** Rua Nunes Alves, 40, sala 101 — CEP 25000. **Nova Iguaçu:** Av. Marechal Floriano, nº 2248, sala 4 — CEP 26000.
**RORAIMA: Boa Vista:** Rua Alferes Paulo Saldanha, 625 — Bairro São Francisco — CEP 69300.
**SÃO PAULO: Campinas:** Rua Regente Feijó, 592 — CEP 13100. **Marília:** Rua Dom Pedro, 180, 1º andar — CEP 17500. **Osasco:** Rua Tenente Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 — CEP 16000. **Piracicaba:** Rua XV de Novembro, 728, sala 3 — CEP 13400. **Ribeirão Preto:** Rua Sergipe, 119 — CEP 14100. **Santos:** Av. Dom Pedro II, 7 — CEP 11100. **Santo André:** Travessa Lourenço Rondinelli, 35 - Centro - CEP 09000. **São Bernardo do Campo:** Av. José Arthur da Frota Moreira, 61 - Ferrazópolis - CEP 09700. **São José dos Campos:** Rua Sebastião Humel, 185, sala 7 - CEP 12200. **Taubaté:** Rua Souza Alves, 632, sala 5 - CEP 12100.
**SERGIPE: Aracaju:** Rua Arauá, 599 - CEP 49000.

A **TRIBUNA OPERÁRIA** é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composta e Impressa por Proposta Editorial, Rua Heitor Penteado, 236 loja 8 — Tel.: **263.7400** — São Paulo, SP.



**Desejo receber em casa a** Tribuna Operária. **Envio cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda, no valor abaixo assinalado. Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP. CEP 01318.**

( ) **Anual de apoio (52 edições)** _____ **Cr$ 20.000,00**
( ) Anual comum (52 edições) _____ Cr$ 10.400,00
( ) Semestral de apoio (26 edições) _____ Cr$ 9.000,00
( ) Semestral comum (26 edições) _____ Cr$ 4.500,00
( ) Anual no exterior _____ US$ 70,00

Nome: .....
Endereço: .....
Bairro: ..... Cidade: ..... Estado: .....
CEP: ..... Profissão: ..... Data: .....

### Comitê pró-Diretas no Banco do Brasil

Os funcionários do Banco do Brasil do Cesec/SP formaram um Comitê Pró-Diretas, que programou um abaixo-assinado a ser encaminhado ao Congresso contra o Decreto-Lei 2100 (que corta conquistas nas estatais) e por eleições diretas já; e a realização do Dia do Amarelo (cor das diretas), em 5 de abril. O Comitê já realizou, com o apoio da Associação Atlética do BB e do Satel Cesec, um "Torneio Teotônio Vilela Pró-Diretas de Futebol de Campo", que teve a participação de 12 times.

### Sindicato realiza comício em Goiás

*Foi realizado dia 23, em Morrinhos, Goiás, um comício pró-diretas organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais local com apoio da FETAEG. Cerca de 2.500 pessoas foram para a praça, exigir o direito de eleger o presidente da República. Segundo o diretor do Sindicato, José Albino, "os trabalhadores rurais querem eleições diretas porque só um governo com o apoio do povo poderá fazer uma reforma agrária". Foi o primeiro comício pró-diretas organizado por uma entidade sindical em Goiás.*

### Quem for contra não terá perdão

As Federações dos Trabalhadores na Indústria e na Agricultura e mais 24 entidades goianas divulgaram um manifesto onde afirmam "sua disposição de participar ativamente desta luta democrática para a reconquista do direito da nação eleger livremente o próximo presidente da República, primeiro passo para a solução dos graves problemas que afligem a nação, sobretudo as classes trabalhadoras". As entidades sindicais enfatizam: "Os trabalhadores de Goiás e de todo o Brasil não perdoarão aqueles que votarem contra ou não comparecerem para votar a emenda Dante de Oliveira, denunciando perante a opinião pública e tachando-os de inimigos da Democracia e dos trabalhadores. Eleições diretas já".

### Engenheiros vão pressionar o PDS

*O Clube de Engenharia, no Rio, está organizando uma equipe da entidade para, em contatos pessoais, visitar os senadores e deputados do PDS contrários às diretas para mostrar "que as eleições diretas são a única solução para os problemas do país". Segundo o presidente do Clube, Matheus Schnaider, os contatos serão realizados nos dias 24 e 25 de abril — quando a emenda Dante de Oliveira será votada.*

### A urna nas portas das indústrias

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Porto Alegre coletou votos nos portões das indústrias de sua área na capital gaúcha, para que os operários se manifestassem a favor ou contra as diretas. O Sindicato, em seus boletins, divulga um *slogam* da campanha: "Diretas Urgente. Não caem do céu. Você tem que lutar por ela".

### Secundaristas de Viração na luta

*No dia 8 de abril os secundaristas realizarão a Plenária Estadual de Viração, em São Paulo, para preparar a manifestação pró-diretas do dia 16, a montagem dos comitês nas escolas e dar a largada para o XXIII Congresso da UBES. A plenária será realizada no Prédio de Matemática da PUC, rua Marquês de Paranaguá, 111, às 9 horas.*

### Artistas gaúchos: "luta fundamental"

Um manifesto pelas diretas foi divulgado por 18 artistas gaúchos, entre eles Kleiton e Kledir. Os artistas afirmam que "a luta fundamental do povo brasileiro pela conquista das liberdades democráticas e dos direitos básicos de cidadania está profundamente ligada à luta pela liberdade de expressão e por condições mais dignas de criação cultural".

### Émerson Fittipaldi também quer votar

*As eleições diretas estiveram presentes no Grande Prêmio de Fórmula 1, domingo, 25. Nas arquibancadas a torcida pediu "diretas". E nos boxes o ex-campeão mundial, Émerson Fittipaldi declarou: "Claro, sou a favor das eleições diretas. Já disse isso uma vez e reafirmo. Acho que os brasileiros merecem eleger o futuro presidente. Além de querer diretas, quero também mais alternativas em termos de nomes, de candidatos".*

### Vereador destaca a presença comunista

O vereador Ney Campello, do PMDB de Salvador, em discurso na Câmara, saldou o PC do Brasil pelo seu 62º aniversário de fundação, comemorado dia 25, e destacou a participação dos comunistas na atual luta em defesa das eleições diretas. Ney Campello lembrou que os comunistas se pronunciaram nos vários comícios através da Comissão pela Legalidade do PC do B e que sua presença evidencia a amplitude da campanha.

### Participação de massas em Zé Doca

*Em Zé Doca, Maranhão, cidade de 15 mil habitantes, 2 mil pessoas deram um caráter bastante participativo ao comício pró-diretas no dia 17 de março. "O governo do general Figueiredo não quer eleições diretas porque está comprometido com os fazendeiros, a grilagem e o latifúndio", denunciou Cabecinha, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, no comício. Manifestos da Comissão pela Legalidade do PC do Brasil sobre as eleições diretas foram distribuídos.*

### PDS se retira e é criticado

Em Caxias do Sul, RS, foi realizado dia 20 de março um ato pelas diretas na Câmara dos Vereadores. Representantes da Prefeitura, Comitê Pró-Diretas, PT, e Comissão Municipal pela Legalização do PC do B, representada por Adalberto Frazzon estiveram presentes ao ato. A bancada do PDS retirou-se do plenário quando Frazzon discursava. O gesto dos governistas foi condenado pelos presentes. Caxias do Sul pretende realizar um grande comício pelas diretas no dia 24 de abril.

### Cambé na praça exigindo diretas

*Foi realizado domingo, em Cambé, Paraná, um comício pelas diretas com a presença de 7 mil pessoas — a cidade tem 70 mil habitantes. O Secretário do Interior do Paraná, Nelton Friedrich, foi o orador mais aplaudido ao defender a importância do povo se organizar para garantir seus direitos. O aniversário do PC do Brasil foi lembrado no comício.*

### Vereadores do PDS no ato de Birigui

Com a presença de mais de 2 mil pessoas, a cidade de Birigui (interior de São Paulo) realizou comício pelas eleições diretas para Presidente da República promovido pelos partidos de oposição e entidades democráticas e populares da cidade. Compareceram Deputados Federais e Estaduais dos Partidos da Oposição lideranças populares e até vereadores do PDS foram levar o apoio a luta pelas eleições diretas para Presidente da República.

## ERRATA

***Na edição passada, na matéria sobre o comício de Presidente Prudente, não colocamos o créedito para o fotógrafo André Luiz Azevedo. Pedimos desculpas ao fotógrafo e aos leitores.***

# Deputado mineiro faz críticas à conciliação

**O deputado federal Luís Guedes (PMDB-Minas Gerais) criticou da tribuna da Câmara as posições conciliadoras que voltam a surgir no seio das oposições. Referindo-se principalmente ao senador biônico Afonso Camargo, secretário-geral do PMDB, Guedes afirmou que no momento atual qualquer proposta de conciliação com o governo só tem um nome: capitulação.**

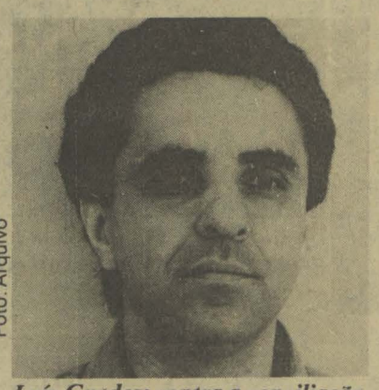


Foto: Arquivo

*Luís Guedes: contra a conciliação*

O parlamentar mineiro elogiou também a passeata do Rio de Janeiro. Destacou que ela representa uma nova etapa na campanha pelas eleições diretas, pois mostrou que o povo tem condições de se organizar e mobilizar de forma independente, mesmo sem o apoio dos governos estaduais. Eis os principais trechos do seu pronunciamento:

"É exatamente a força do povo organizado que nos dá a certeza da vitória e nos enche de força para continuar a luta. Infelizmente setores de oposição parecem desconhecer esta verdade. A lamentável atitude do senador Afonso Camargo, que subiu sorrateiramente a rampa do Planalto para negociar com o governo à revelia de qualquer instância partidária, representa um duro golpe na luta popular pelas diretas e merece o nosso mais veemente repúdio. Afonso Camargo, ele próprio com um mandato espúrio e ilegítimo, não tem o direito de negociar com quem quer que seja. No momento em que a mobilização popular cresce em todo o país, qualquer tentativa de negociação representa uma capitulação diante do inimigo".

"As propostas de negociações que começam a aparecer nesta casa precisam ser duramente repelidas. Chega-se mesmo a dizer que é preciso negociar para que o governo apresente as suas exigências e necessidades para enfrentar uma eleição direta. Isto é um total descalabro. Uma miopia política que só traz prejuízo a luta popular. É uma traição ao povo que enche de alegria e esperança as praças deste país. O governo não quer negociar. Quer garantir a sua continuidade".

"O governo militar agoniza. Não é nossa função ajudá-lo a se recuperar. Nossa tarefa é antes de mais nada criar as condições necessárias para apressar seu fim. Lutar pelo fim do regime militar e por sua substituição por um novo regime de natureza popular e democrática, capaz de tomar as medidas necessárias para tirar o país da crise. Isso só será alcançado com a intensificação do movimento de massas. A campanha pelas diretas precisa ser ainda mais dinamizada. Não podemos temer o povo nas ruas. Quem faz isto é o governo, pois não tem o povo a seu lado". **(da sucursal)**

Foto: Silvio Queiroz

*Em São Paulo estudantes no enterro simbólico do Colégio Eleitoral*

# Estudantes realizam dia nacional pelas diretas

A comunidade universitária brasileira também vem se engajando na campanha pelas diretas. No dia 28 de março, data da morte do estudante Edson Luiz numa manifestação no Rio de Janeiro e comemorada como Dia do Estudante, as universidades iniciaram um plebiscito em todo o país sobre as diretas. Ao fecharmos este jornal dados ainda parciais recolhidos em 10 Estados, num total de 43.720 votos davam o seguinte score: 94,8% do votos a favor de **diretas já;** 3,9% contra e 1,3% de nulos e abstenções. Participaram da votação estudantes, professores e funcionários.

Em diversas cidades também ocorreram manifestações de rua a favor das diretas, dirigidas por entidades estudantis. Em Fortaleza, três mil estudantes participaram de um *show* onde foram apresentadas peças, músicas e poemas que marcaram a resistência ao regime militar. Foi feita uma homenagem aos mortos e desaparecidos na luta contra a ditadura, entre os quais Berg son Gurjão, filho da terra, desaparecido no Araguaia. Em seguida os estudantes saíram em passeata até o centro da cidade. Alí 10 mil pessoas inauguraram o painel das diretas, com a participação e o apoio do Comitê Pró-Diretas.

Falaram representantes de partidos políticos, entidades populares e democráticas, inclusive a representante da Comissão pela Legalidade do PC do Brasil, Gilse Avelar. Em Goiânia o 28 de março foi marcado por uma passeata de 5 mil universitários, secundaristas e professores. Os estudantes fizeram o enterro simbólico do Colégio Eleitoral, dois caixões conduzidos pelos vereadores Euler Ivo e Adalberto Monteiro, do PMDB.

Mais de mil estudantes participaram em São Paulo de duas manifestações convocadas pela UNE e UEE. Foi realizada uma passeata que saiu da Praça da Sé e em seguida foi "enterrado" o Colégio Eleitoral. Foi a primeira manifestação significativa dos estudantes de São Paulo em muitos anos tendo como eixo uma reivindicação política. Em Porto Alegre e Ouro Preto foram realizadas passeatas pelas diretas com cerca de mil estudantes cada uma, sendo que na primeira foi queimada uma bandeira dos EUA.

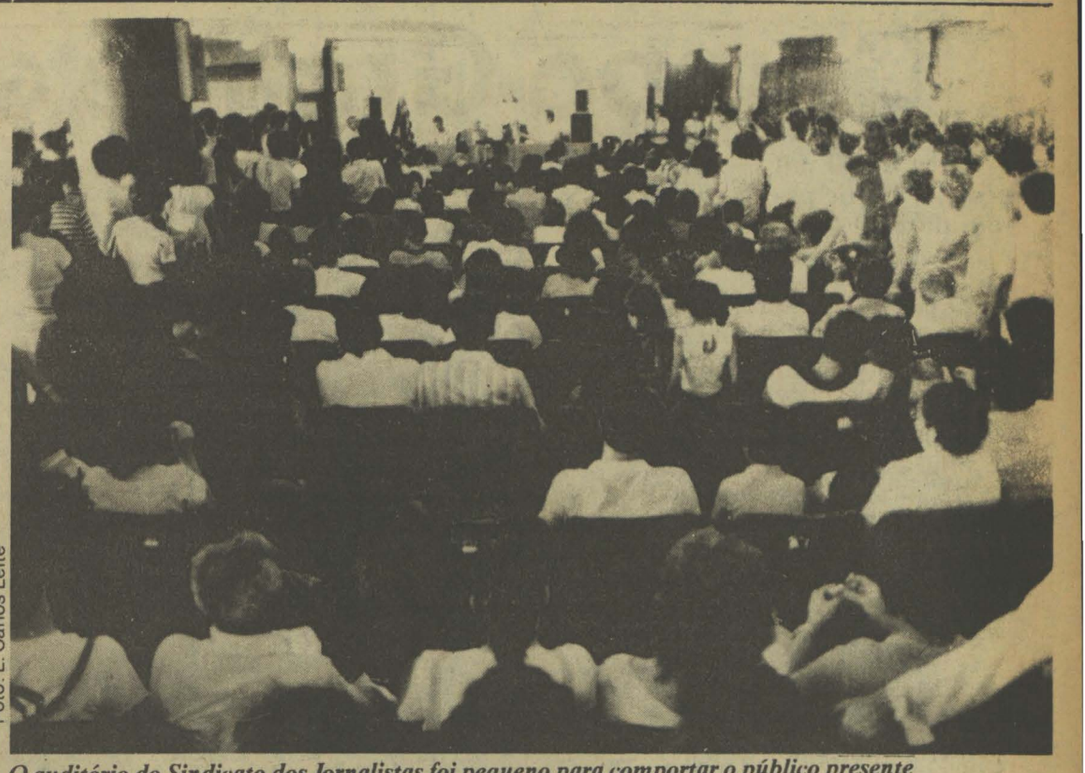


Foto: L. Carlos Leite

*O auditório do Sindicato dos Jornalistas foi pequeno para comportar o público presente*

# PC do Brasil comemora seus 62 anos de luta

**Com o auditório do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo superlotado, com centenas de pessoas em pé, o dirigente comunista João Amazonas proferiu palestra sobre a situação política do país no último dia 25, comemorando o 62º aniversário de fundação do Partido Comunista do Brasil. Em vários outros Estados a data também foi lembrada, com debates, pronunciamentos de parlamentares nas casas legislativas e pichações. Em Brasília, o deputado federal Aurélio Peres saudou a data na tribuna do Congresso. Publicamos abaixo trechos da intervenção de João Amazonas.**

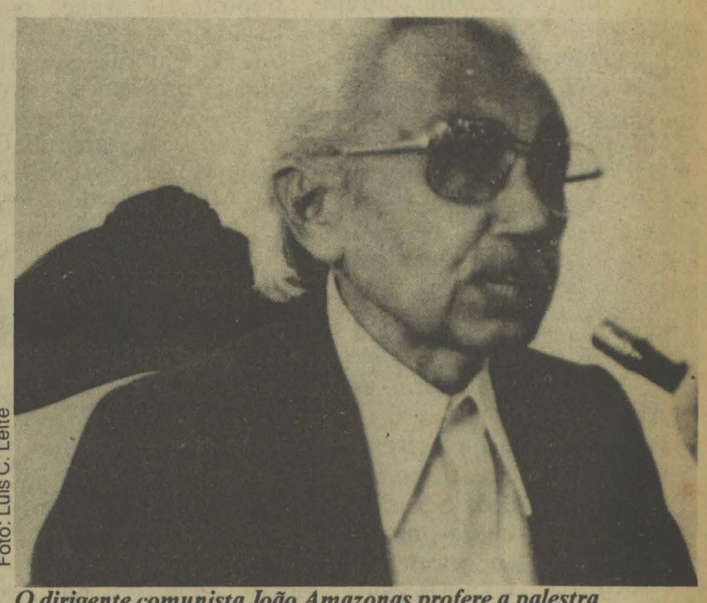


Foto: Luís C. Leite

*O dirigente comunista João Amazonas profere a palestra*

"Há na história dos povos acontecimentos que marcam época. A fundação do Partido Comunista do Brasil, em 25 de março de 1922, é um desses acontecimentos. O movimento consciente só surge com a fundação do partido do proletariado. Por que consciente? Porque o partido da classe operária é senhor de ensinamentos científicos que guiam a luta de classes no mundo inteiro. E ao mesmo tempo é portador da mensagem de que o capitalismo precisa ser enterrado e em seu lugar deve ser construída uma nova vida de liberdade, de progresso, uma nova sociedade sem classes.

"A luta travada pelo nosso partido desde o seu nascimento se é essencialmente pelo socialismo, esteve sempre intimamente ligada com a luta pela liberdade. Essa luta atualmente colocou na ordem-do-dia o fim do regime militar. O povo brasileiro não quer mais ser governado pelos homens das cavernas.

**"O POVO NA RUA"**

"Essa luta, meus amigos, hoje tomou a forma de luta pelas eleições diretas já. Pouco a pouco esse movimento começou a crescer. E de 25 de janeiro em diante marcou uma nova etapa: a etapa do povo na rua, dos que não são apenas descontentes passivos, daqueles que sabem que a liberdade se conquista na praça pública.

"Esse movimento é irreversível, não pode terminar senão pela vitória. E a vitória são as eleições diretas já, derrotando os que se opõem a essa aspiração do povo. Mas é também a conquista da democracia na nossa terra, com o direito de que todos os partidos possam se organizar livre e legalmente; com o direito de que todos os sindicatos, sempre aguilhoados ao Ministério do Trabalho e aos patrões, sejam efetivamente organizações que pertençam aos trabalhadores. Democracia que signifique que os camponeses esmagados sob uma opressão tirânica possam lutar para organizar-se e defender a reforma agrária radical, que é a grande aspiração não somente dos homens do campo, mas de toda a nação brasileira. Democrática para que a nação possa, em conjunto, falar que a dívida externa não foi contraída por nós. Jamais pagaremos uma dívida que só fez arrancar ao nosso povo recursos que serviriam para cultura, bem-estar, saúde, para a vida do nosso povo.

"Antevejo que este movimento marca a alvorada de novos e gloriosos dias para nossa pátria. Devemos levar esta luta adiante, com unidade, procurando somar o máximo de correntes de opinião. Esse movimento não tem dono, é da nação brasileira. Devemos nos unir com todos que se dispõem a lutar pelo fim do regime militar, por eleições diretas já. Mas devemos, antes de mais nada, organizar as forças populares. Prepará-las, conscientizá-las, afim de que o conjunto das forças populares possa assumir a frente desse movimento e guiá-lo efetivamente para a vitória.

**"SÓ NO SOCIALISMO"**

"No dia em que comemoramos os 62 anos de fundação do PC do Brasil, partido que luta pelo fim da exploração, queremos fazer aqui uma repetição de fé democrática e socialista. Porque o povo brasileiro quer liberdade, a verdadeira democracia, quer acabar com o latifúndio, assegurar a sua independência nacional, construir um regime de progresso social, desenvolver a cultura de nossa terra, extinguir a fome que mata milhões de brasileiros, acabar com a mortalidade em massa das crianças. Quero dizer em alto e em bom som: isto só o socialismo é que pode dar à nação brasileira".

# Crescem as rachaduras nas hostes militares

Por mais que os donos do poder tentem esconder, cada dia ficam mais evidentes as profundas rachaduras nas suas fileiras. A demissão do ministro da Marinha na semana passada serviu para trazer à luz com mais clareza o alcance das divergências.

Já na sua despedida, na Base Aérea de Brasília, foi gritante a ausência do ministro do Exército e de qualquer oficial desta arma. Mas lá estavam, além do vice-presidente Aureliano Chaves, os ministros da Marinha — Alfredo Karam, substituto de Maximiano — e da Aeronáutica.

Logo a seguir, ao desembarcar no Rio, o ex-ministro da Marinha recebeu uma inédita e sintomática solidariedade de quase todos os oficiais da Marinha em serviço neste Estado. Comenta-se inclusive que os oficiais tomaram a decisão de fazer a homenagem independente de qualquer permissão superior. O episódio só não se transformou em crise mais séria porque através de negociações de última hora o novo ministro providenciou um convite formal, oficializando o ato.

A impossibilidade dos poderosos continuarem governando como vinham fazendo e a confusão em suas hostes, mostram a gravidade da crise política em nosso país. Aliado com o repúdio generalizado dos brasileiros ao sistema imperante, isto é um fator decisivo que indica a possibilidade concreta de mudanças profundas em nosso país.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Astrojildo Pereira

# Campo Grande engrossa a luta

**Cerca de 30 mil pessoas participaram durante 6 horas do maior comício que Campo Grande já viu. O ato caracterizou-se pelo peso da presença popular, com caravanas de estudantes e de moradores afluindo ao local. A tônica do grande comício foi a exigência de firmeza na luta pelas diretas, num clima de vibração e de festa popular.**

*No comício de Campo Grande, 30 mil pessoas compareceram para exigir eleições diretas*

O espírito combativo que emanava da multidão encontrou eco nos discursos dos representantes da UNE e da Juventude do PMDB, de Orestes Quércia, do deputado federal de Mato Grosso do Sul, Plínio Barbosa Martins, de Ulysses Guimarães, Freitas Nobre, Mário Juruna e Doutel de Andrade, que condenaram de modo contundente o regime militar.

Vários oradores reprovaram a atitude de Afonso Camargo. O povo não perdoou as figuras mais evidentes do espírito conciliador, como o prefeito de Campo Grande, Lúdio Coelho, um dos maiores latifundiários do Estado, quase impedido de falar pelas vaias. Nesse sentido, o comício constituiu-se num golpe contra as tendências conciliadoras da oposição em Mato Grosso do Sul.

**MULHERES DESTACAM-SE**

A participação das mulheres na mobilização que anteceu o comício e na sua realização foi considerada um extraordinário avanço para um Estado como Mato Grosso do Sul. Quem diz isso traz um grande broche de couro onde se lê: "Direta é meu direito". É Hilda, diretora do Cophamate-Mulher, setor feminino da Associação de Moradores do Bairro Cophamate, e também suplente de vereadora. Segundo ela, "o comício foi uma visão de liberdade para a mulher matogrossense, que ainda estava escondida". Para dona Áurea, 52 anos, vice-presidente da Associação de Moradores do Jardim Imperial, "quem vê o sofrimento do povo, a carestia, não pode deixar de participar. As mulheres precisam lutar para que não ocorram coisas como o despejo lá no bairro, quando a polícia jogou uma mulher com criança pequena na rua, quebrando todos os seus móveis. O comício, a luta servem para acabar com esta violência. Nem que 'eles' não aceitem as diretas, elas têm que sair".

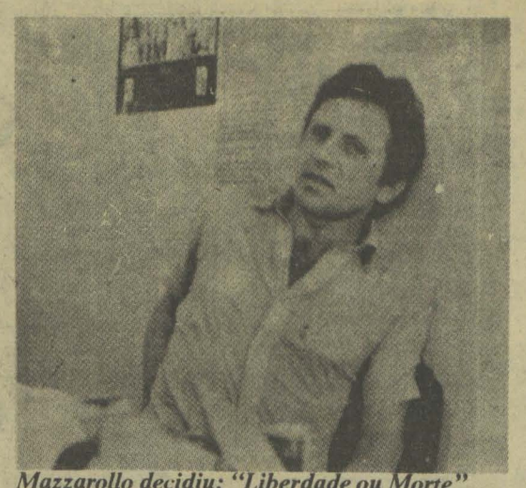
Um diretor da União Campograndense de Estudantes, UCE, destaca a presença marcante dos estudantes. Só na passeata de saída da sede da UCE já havia mais de 300, vindos de 30 municípios.

José Rodrigues, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Grande diz que o comício "mostrou para o governo que o povo exige seus direitos. E mostrou para o povo que ele não está sozinho na luta".

Entretanto sentiu-se a falta de muitas lideranças populares e sindicais, bem como de parlamentares de reconhecido prestígio popular, relegados a segundo plano. Não foi concedida a palavra a diversos setores populares empenhados na realização do comício. O próprio secretário da Justiça, Juarez Batista, teve de utilizar um artifício para furar o bloqueio e poder falar, uma vez que também estava fora da lista de oradores.

O setor que mais sofreu restrições para falar foi precisamente o Movimento Popular pelas Diretas o qual, com apoio e participação do secretário da Justiça, realizou comícios nos bairros em todos os fins de semana anteriores ao comício.

Apesar de tudo, o comício foi uma grande vitória, como diz o combativo vereador de Campo Grande, Américo Nicolaeti: "O Mato Grosso do Sul veio com esse comício engrossar com suas águas esse grande caudal que vai crescendo pelo Brasil inteiro". **(da sucursal)**



*Mazzarollo decidiu: "Liberdade ou Morte"*

## Mazzarollo em greve de fome pela liberdade

O jornalista Juvêncio Mazzarollo, único preso político do país, encarcerado num quartel do Corpo de Bombeiros de Curitiba com base na Lei Fascita de Segurança Nacional, acaba de entrar em greve de fome disposto a conquistar a liberdade ou morrer lutando. Num documento intitulado "Liberdade ou Morte", Mazzarollo relata já estar preso há 18 meses, devido à "meia dúzia de frases" publicadas no semanário paranaense "Nosso Tempo", de Foz do Iguaçu.

"A partir de zero horas de hoje, 28 de março de 1984 — afirma o prisioneiro —, só voltarei a me alimentar se e quando for libertado. Se morrer não será suicídio, e sim um homicídio cuja responsabilidade todos saberão de quem é. A consciência não me permite agir de outro modo".

Até hoje Mazzarollo não obteve a revisão de sua pena para adequá-la à reforma da Lei de Segurança Nacional. O "Comitê Juvêncio Mazzarollo", constituído por dezenas de entidades democráticas do Paraná, reuniu-se assim que soube de greve de fome, buscando articular ações de solidariedade. O Comitê dirigiu um apelo para que se denuncie a situação de Mazzarollo, em particular aproveitando os comícios por eleições presidenciais diretas que se sucedem no país. **(da sucursal)**

# Poucos operários no comício do ABC

**O comício unitário do ABC paulista pelas diretas, realizado na noite de sexta-feira, dia 23, no Paço Municipal de São Bernardo, não correspondeu ao potencial da numerosa população (1,5 milhão de habitantes) e da valorosa classe operária da região. Não mais de 7 mil pessoas compareceram ao ato, embora certos jornais falassem em 15 mil.**

Fotos: Yone Simidzu

*O público presente não correspondeu à expectativa; acima, Wagner Lino defende a bandeira do PC do Brasil*

Esta cifra, pareceu exagerada mesmo para vários líderes presentes, que buscavam a explicação do baixo comparecimento. Para o deputado Expedito Soares (PT), que calculou entre 6 e 10 mil presentes, o problema foi "o boicote do PMDB". José Cicotti (PT) estimou em 2 mil pessoas a presença em Santo André — a cidade que o elegeu deputado — lembrando que aquele era dia de vale nas empresas. Gílson Menezes, único prefeito do PT, achou o número "bom", mas não arriscou um cálculo de quantos moradores de Diadema compareceram.

É certo que as cúpulas político-partidárias locais não estiveram à altura das necessidades, e nem mesmo no nível de outros lugares. Mas também é verdade que o ponto fraco foi justamente a pouca presença das fábricas. O prestigioso Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo deu mais importância à campanha salarial e limitou-se a uma convocação em seu boletim ordinário. Os sindicatos em geral seguiram este exemplo. As comissões de fábrica das grandes empresas da área convocaram oralmente, porém sem organizar o comparecimento.

O deputado Aurélio Peres (PMDB), opinou: "O movimento sindical ainda não entendeu a importância que tem a luta pela eleição direta. A classe operária ainda não assumiu a direção da luta. Na fábrica, é cem por cento pelas diretas, nem há o que duvidar. A questão é a classe perceber o papel político que joga nesta luta. E se organizar para cumprir este papel".

Pedro Miranda, mineiro de Caratinga, há sete anos na Volks, contava: "Não conheço nenhum, entre os milhares de companheiros que vejo na fábrica, que seja contra as diretas". Enquanto Sebastião Martins Costa, 26 anos, também de Minas mas recém-chegado a São Bernardo, defende vagamente o voto direto, contudo diz que votaria no PDS, como fez em 1982, "porque toda a família votou neles".

**A FOICE E O MARTELO**

Na lista de oradores, predominaram os do PT — e todos os demais receberam vaias, refletindo a estreiteza dominante.

A Comissão pela Legalidade d PC do B, representada pelo operário João Batista Rocha Lemos, teve o direito à palavra, destacando que "diretas não se negocia, se conquista na rua".

Sobre isto, o vereador Wagner Lino, líder do PT na Câmara de São Bernardo e um dos que de fato se empenharam pelo comício, declarou: "Eu acho que fui o que mais defendeu, aqui em São Bernardo, que o PC do B falasse. Não só porque sou a favor da sua legalidade, mas porque os companheiros do PC do B não estão presentes só para falar no palanque, mas na porta das fábricas, de madrugada, nas panfletagens. É isto que dá a garantia moral para o PC do B falar".

No seu discurso, Wagner apontou também as bandeiras comunistas, dizendo: "Tem gente que diz que os trabalhadores têm medo da foice e do martelo. Nós não temos medo, porque ela representa a unidade dos operários e dos trabalhadores do campo".

## Vereadores goianos fundam entidade e marcharão a Brasília

Mais de mil vereadores reuniram-se em Goiânia, nos dias 19, 20 e 21 últimos, no I Encontro Estadual de Vereadores de Goiás. O conclave culminou com a formação da União dos Vereadores Goianos. Para a sua presidência foi eleito Daniel Borges.

Durante o ato, aprovou-se a ida de todos os vereadores goianos a Brasília, no dia 25 de abril, para assistirem à votação da emenda por eleições **diretas já** e pressionarem os deputados a aprovarem-na. Também foi aprovada moção do vereador Euler Ivo, que cria o título "Tiradentes", o qual será concedido aos mais destacados na luta pela liberdade e em defesa do povo; e o título "Silvério dos Reis" para quem tomar medidas impopulares e incompatíveis com a vontade popular.

## Democratas repudiam ação policialesca de Irapuan Costa Júnior

Repúdio generalizado foi o sentimento que tomou conta dos democratas goianos diante da policialesca afirmação do deputado fascista, Irapuan Costa Júnior, de que os "radicais" do PDMB estão transformando o partido numa "sucursal do PC do B". A Executiva Regional do PMDB, no último dia 26, aprovou uma nota condenando a atitude do deputado. A bancada do partido na Câmara Municipal ainda aprovou uma nota contra as declarações de Irapuan. Na Assembléia Legislativa, um deputado pediu a expulsão de Irapuan do PMDB. O deputado federal Aldo Arantes, indignado, mostra o caráter provocador de Irapuan: "Ao invés de criticar o regime ditatorial, ele volta seus ataques para o que chama de **esquerda radical**". A Comissão Pela Legalidade do PC do Brasil, também se manifestou, mostrando que tal atitude reflete o desespero dos reacionários diante da vigorosa batalha pelas diretas, que já levou às ruas mais de 2 milhões de pessoas.

## Vladimir está otimista

Vladimir, o titular da lateral-esquerda do Corínthians, presidente do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol de São Paulo, falou ao microfone em São Bernardo e em seguida contou à **Tribuna Operária** como encara a campanha por eleições diretas já.

"De uma certa forma — disse o craque —, eu vejo esta campanha com muita alegria. E com muito otimismo. Ela é um anseio de toda a nação. Depois, é muito importante que o povo assuma os seus rumos. E a gente vê isso acontecendo".

Sempre sorrindo, Vladimir declarou-se bastante satisfeito com as recentes declarações de Pelé em favor das diretas já. E comentou com agudeza: "O Pelé tem uma penetração muito grande, e sabe disso". Para ele, foi um sintoma de que mesmo aquelas faixas menos engajadas na luta da oposição terminaram se sensibilizando com a campanha pelo direito de eleger o presidente.

*O craque: contente com Pelé*

# Bahia levanta-se contra a conciliação com o governo

O Comitê Pró-Diretas da Bahia já marcou um novo comício em Salvador, dia 24 de abril, véspera da votação da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional. A partir do dia 1º de abril serão realizadas várias manifestações em porta de fábricas e escolas, bairros e locais de concentração popular, convocando os trabalhadores e democratas a se engajarem na batalha pelo voto para a escolha do próximo presidente da República.

Enquanto isto, por todo o interior multiplicam-se os comícios. No dia 23, em Vitória da Conquista, mais de 15 mil pessoas lotaram a Praça da Bandeira; dia 24, mais de seis mil pessoas manifestaram-se em Itapetinga; dia 25, cerca de sete mil saíram às ruas em Brumado, o mesmo acontecendo em Itapecuru, no dia 26. Nestas duas últimas cidades, o PDS ganhou a eleição em 1982.

**NÃO À CONCILIAÇÃO**

Em todos os comícios os oradores foram unânimes em condenar a negociação com o governo, defendendo resolutamente as **diretas já.** Em Itapetinga, o deputado estadual Luís Nova, do PMDB, foi muito aplaudido ao exigir a renúncia do senador biônico Afonso Camargo, que por conta própria arvorou-se em negociador com o general Ludwig.

A Comissão Pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil falou nos comícios de Conquista e Itapetinga, no primeiro representada por Péricles de Souza e no segundo, por Olival Freira. A palavra dos comunistas foi muito bem recebida pela multidão. Em Conquista, um orador tentou atacar os comunistas, mas nem conseguiu acabar o discurso devido à estrondosa vaia que tomou conta da praça. Em Itapetinga, vários oradores homenagearam Rosalino de Souza, filho da cidade e militante do PC do Brasil, desaparecido na resistência guerrilheira do Araguaia.

O deputado federal Haroldo Lima participou dos quatro comícios e foi entusiasticamente aplaudido sempre que defendeu o programa patriótico, democrático e popular que deverá ser adotado pelo candidato das oposições à Presidência da República. Os próximos grandes comícios serão em Feira de Santana, dia 30, e em Itabuna, dia 6. **(da sucursal)**

**OPINIÃO**

## Monopólio não

**Os "caciques" continuam colocando entraves à participação popular na campanha. Em Campo Grande, trataram de alijar os democratas mais conseqüentes. No Rio, o governador permanece se comportando como dono do próximo comício. Em Goiás, acontece o mesmo. Em São Paulo continuam as vacilações e os desencontros. Tudo isto só serve para esfriar o combate.**

**Urge pôr fim ao monopólio das *estrelas* sobre este movimento que não tem donos, que pertence a todo o povo, a todos os democratas. Os governadores e presidente dos partidos só podem cumprir papel de destaque se tratam a todos com igualdade. Não podem se considerar superiores ao povo. De tutela o povo esta farto.**

**Os comitês pró-diretas, por serem constituídos por entidades e organizações democráticas e populares, devem ser ouvidos e respeitados. E o povo precisa ter o direito de se fazer representar nos palanques.**

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

*A maioria dos peixes mortos era do fundo do rio, como o surubim, pirá e mandim*

# Agrovale punida por poluir o S. Francisco

**A empresa Agrovale, que derramou vinhoto no rio São Francisco e causou a morte de 400 toneladas de peixe perto de Juazeiro será fechada e multada. Essa medida foi anunciada pelo secretário do Planejamento da Bahia, dia 26, após haver a grande mobilização popular e também graças aos esforços da Comissão do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa.**

No dia 11 de março, toneladas de vinhoto da empresa Agroindústria do Vale do São Francisco (Agrovale) despejadas no Rio São Francisco, entre as cidades de Curaça e Juazeiro, na Bahia, causaram a morte de 400 toneladas de peixe. Foi o maior desastre ecológico daquele rio e, segundo técnicos da Sudepe, 15% dos peixes que morreram dificilmente serão repostos. Os prejuízos da população ribeirinha foram enormes, pois a pesca foi bastante afetada e muitos pescadores estão ameaçados pela fome.

Inicialmente, os órgãos governamentais mostraram-se omissos e incompetentes em descobrir os verdadeiros culpados desta tragédia. Foi a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa da Bahia, presidida pelo deputado Luiz Nova, do PMDB, que constatou o rompimento da barragem de vinhoto da Agrovale — a maior produtora de álcool do Estado. Em apenas três horas de investigação, a Comissão — formada por deputados do PMDB e PDS e por técnicos da Universidade Federal da Bahia —, que estava no local, descobriu o causador do desastre, enquanto os órgãos governamentais em uma semana de pesquisa não haviam encontrado nenhuma pista.

**CRIME ECOLÓGICO**

Apesar de os moradores terem visto os peixes mortos no dia 13, somente dois dias depois os órgãos governamentais começaram as investigações. A comitiva de deputados e técnicos que foi até a Agrovale fazer as investigações sobre o acidente, teve de fazer um verdadeiro trabalho de detetive, pois o diretor da empresa negou ter ocorrido qualquer acidente e nada falou da segunda barragem de vinhoto que ruiu com as chuvas. Dois membros da comitiva descobriram o crime da Agrovale, constatando que 35 milhões de litros de vinhoto foram descarregados no São Francisco.

A revolta da população por este crime ecológico foi geral. No dia 24 de março, mais de 5 mil pessoas e cerca de 30 entidades protestaram em passeata contra a matança dos peixes. Os participantes do protesto saíram de Petrolina, em Pernambuco, e de Juazeiro, na Bahia, encontrando-se no meio da ponte Presidente Dutra, a qual atravessa o rio São Francisco. Os manifestantes interromperam o tráfego da ponte por uma hora e jogaram flores no rio.

**AGROVALE PROCESSADA**

Com estas mobilizações populares e com a atitude firme dos parlamentares da Comissão de Meio Ambiente, o secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia, Waldeck Ornellas, teve de tomar algumas medidas contrárias à empresa poluidora. A Agrovale sofreu duas multas de Cr$ 9,3 milhões e terá cassada a licença de funcionamento, concedida pela Cepram. Além disso, os diretores da Agrovale poderão ser processados criminalmente se for comprovado que os despejos do vinhoto foram propositais. A usina de álcool da Agrovale vem sendo acusada de despejar tal produto no rio desde 1982, sem que nenhum providência tenha sido tomada.

O Manifesto lançado pelo Movimento de Defesa do Rio São Francisco acusa as grandes empresas pelo envenenamento do rio e conclama o povo a lutar para não deixar o São Francisco morrer.

# Morre Lívia Giffoni, combatente do povo

**Faleceu no último dia 23 a arquiteta Lívia Márcia Giffoni Rocha, vítima de trágico acidente entre o ônibus que a transportava e um caminhão, nas proximidades de Jequié, na Bahia. Lívia viajava a Guanambi para participar do I Encontro da Mulher do município, como convidada especial da União de Mulheres local. Sua morte representa uma grande perda para o movimento popular e democrático da Bahia.**

Baiana de Belmonte, Lívia tinha 27 anos. Ingressou na Faculdade de Arquitetura da UFBa em 1976, iniciando intensa atividade estudantil, participando da corrente Viração. Em 1978, foi secretária-geral do DA de sua faculade, sendo eleita vice-presidente no ano seguinte. Como estudante, partilhou das principais lutas em defesa do ensino público e gratuito e contra o regime militar. Formada em 1980, engajou-se no trabalho de organização de sua categoria, participando ativamente no Instituto dos Arquitetos do Brasil-Seção Bahia, sendo eleita primeira-secretária e candidatando-se para a próxima eleição da entidade, em 10 de abril.

Nas eleições de 15 de novembro de 1982, teve entusiasta atuação na campanha de Jane Vasconcelos, segunda vereadora mais votada de Salvador. Atualmente, Lívia era assessora da vereadora Lídice da Mata. Liderança respeitada por sua dedicação ao movimento de mulheres, elegeu-se tesoureira da Comissão de Mulheres da Bahia, em 1982, no I Encontro da Mulher Baiana. Ajudou a organizar as mulheres do bairro da Liberdade. Uma semana antes de sua morte, foi a principal responsável pela organização do II Encontro da Mulher Baiana.

Este exemplo de garra, entusiasmo e luta foi lembrado em seu sepultamento no dia 24, no Cemitério do Campo Santo, em Salvador. Organizações de mulheres, entidades profissionais, parlamentares, companheiros de luta e familiares foram dela se despedir e firmar que Lívia continuava presente nas mentes e corações. Foi homenageada pelo diretor do IAB, Armando Branco, e por Loreta Valadares, que falou em nome das mulheres e dos comunistas. Lívia, combatente do povo, há alguns anos militava no Partido Comunista do Brasil. **(da sucursal)**

Foto: Milton Mendes

*Lívia, ao centro, no II Encontro da Mulher*

## Getat prende 5 posseiros no Maranhão

Seis homens armados de metralhadoras e revólveres seqüestraram e algemaram cinco posseiros do povoado Poços, município de Santa Luzia, no Maranhão, dia 13 de março. Os lavradores foram conduzidos em um *jeep* do Getat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) à Polícia Federal, em Imperatriz, onde foram interrogados e espancados. O seqüestro foi comandado pelo chefe do Getat, Sabri Abi Azar.

Este fato foi denunciado na Assembléia Legislativa do Maranhão, pelo deputado Luís Pedro, do PMDB. O grupo de Sabri Abi Azar ainda ameaçou de morte o vereador Geraldo de Souza, de Santa Luzia, por ele defender os posseiros. Na mesma ocasião, o Getat obrigou o lavrador João de Souza a derrubar sua própria casa. Estas arbitrariedades estão ligadas com uma disputa de 50 mil hectares de terras ocupados pelos posseiros e a fazenda Fremasa. Há três anos o Getat tenta despejar os posseiros. **(da sucursal)**

## Metalúrgicos do Ceará respondem à PF

Desenvolve-se agora mais uma batalha dos metalúrgicos do Ceará em combate à intervenção em seu Sindicato, desde o fim do ano passado, quando em eleições eles derrotaram o pelego José Lira.

Com o intuito de atemorizar os operários, os patrões forçaram um processo na Polícia Federal contra Rubens Bastos, destacado líder metalúrgico de Fortaleza. O pretexto para o processo foi a atuação de Rubens na luta, vitoriosa, com a indústria Clemente & Irmãos, exigindo fardamento e botas para os trabalhadores. Para os patrões, houve "tumulto e motim" na porta da fábrica, liderados pelo acusado. Como resposta, nas duas vezes em que Rubens foi chamado a depor, os metalúrgicos protestaram com moções aprovadas em assembléias da categoria e da Frente Sindical — organização intersindical do Estado. **(da sucursal)**

## Petrobrás quer esconder os mortos de Socó

O crime da Vila Socó começa a ganhar suas verdadeiras proporções. Não foi 89, mas no mínimo 508 — e talvez 700 — o número de mortos na tragédia que destruiu 450 barracos e deixou 302 famílias desabrigadas em Cubatão, em fevereiro. A revelação foi feita pelos promotores Marcos de Freitas e José Carlos Passos, baseados em cálculos do Instituto Médico Legal. Mas a Petrobrás, responsável pelo vazamento dos gasodutos que se incendiaram e destruíram a favela, não aceita esses números. "O fogo não pegou o pessoal de surpresa, a maioria saiu dos barracos", disse um de seus superintendentes. Na verdade, a empresa quer minimizar a tragédia e diminuir sua responsabilidade neste crime contra a população.

## Funcionários maranhenses fazem protesto

Ao completar um ano de gestão, dia 15, o governador do Maranhão, Luís Rocha, do PDS, mandou armar um *stand* na Praça João Lisboa, em São Luís, para mostrar suas atividades durante esse período. A mostra ficou bem viva ao revelar uma de suas principais realizações: reprimir o povo. O governador estava à espera da caravana do presidenciável Andreazza e, ao ser informado de que os funcionários públicos protestavam contra os aumentos irrisórios, mandou a polícia rasgar as faixas e agredi-los. Os funcionários reagiram, obrigaram os policiais a recuarem e impediram o pronunciamento dos pedessistas, os quais fugiram sorrateiramente. **(da sucursal)**

## Aluno expulso do Colégio por ser tribuneiro

O Colégio Diocesano do Crato, interior do Ceará, contratou dois sargentos da PM para coordenar a repressão aos estudantes. Quase toda a semana alunos são expulsos arbitrariamente. As últimas vítimas foram o estudante Rafael Fernandes de Lima e o professor Onézimo Carlos Cardoso. Rafael trabalhava no Colégio para pagar seus estudos e, junto com o professor Onézimo, foi acusado de vender a **Tribuna Operária** dentro do Colégio e tachado de comunista pelos militares e pelo diretor reacionário. **(da sucursal)**

Foto: Jorge Araújo

*No sítio Regina, afastado da montadora de São Bernardo, a Ford guarda seus veículos*

# Patrões escondem carros temendo greve no ABC

**Prevendo uma nova e explosiva greve em São Bernardo, no ABC paulista, as duas maiores montadoras de automóveis do país, Volks e Ford, há alguns dias transferem os carros de seus pátios para locais distantes. A data base da luta salarial dos metalúrgicos é 1º de abril, e a combativa categoria ameaça parar na segunda, para exigir seus direitos.**

Até quinta-feira, data do fechamento desta edição, a Fiesp (órgão dos empresários paulistas) recusava-se a atender as principais reivindicações dos 100 mil operários de São Bernardo. Segundo Jair Meneghelli, presidente cassado do Sindicato da categoria, "não houve progresso nas negociações. Os empresários permanecem irredutíveis em sua posição de conceder apenas o reajuste oficial de 69,9%".

Ou seja: a Fiesp não deseja oferecer reajustes superiores aos impostos pelo governo militar, fixados pelo decreto-lei 2.065. Não há perspectivas de que os patrões mudem sua proposta, pelo menos enquanto não houver pressão. O próprio coordenador da comissão de negociação da Fiesp, Giórgio Longano, não se cansa de repetir: "Aplicaremos o INPC de abril, porque esse percentual é estabelecido em lei".

Por outro lado os metalúrgicos também não aceitam abrir mão de suas exigências. Eles reivindicam 83,3% de reajustes a título de reposição do poder aquisitivo, de forma a equiparar os salários atuais aos recebidos em abril do ano passado; estabilidade no emprego; fim das horas-extras; redução da jornada de trabalho sem perda salarial. Além dos operários de São Bernardo, outros 37 sindicatos da categoria estão em campanha salarial no interior do Estado.

**GREVE EXPLOSIVA**

A postura intransigente dos capitalistas poderá se contrapor uma poderosa greve no ABC paulista. Como a campanha se encerra oficialmente em 1º de abril, data base para o acordo coletivo, é possível que a paralisação seja deflagrada logo nas primeiras horas da madrugada de segunda-feira. As assembléias de sexta e sábado são decisivas, nelas se definirão os rumos da luta da categoria.

O clima no interior das principais empresas multinacionais é de revolta frente à intolerância patronal. Pesquisa recentemente realizada pela diretoria cassada mostrou que 75% dos metalúrgicos entrevistados estão dispostos a cruzar os braços caso não se chegue a um acordo. Destes, 84% preferem que a paralisação se dê no interior da fábrica, com os operários batendo o ponto e concentrando-se no pátio. Esta indicação e mais os boatos de que haverá ocupação das empresas para pressionar os patrões, é que têm preocupado as montadoras de automóveis. Meneghelli garante: "A greve é praticamente inevitável. Os empresários poderão ter surpresas". Num primeiro momento, segundo o líder sindical, a paralisação deverá ocorrer nas quatro principais empresas (Ford, Volks, Mercedes e Volks Caminhão), alastrando-se em seguida para as médias e pequenas firmas.

**CARROS ESCONDIDOS**

As multinacionais dão como certa a greve, prevêem radicalização e tentam criar um clima de medo, alardeando que poderá haver "prejuízo do patrimônio das firmas" — a Ford já levou milhares de automóveis para o sítio Regina, distante da montadora, e a Volks transferiu mais de 10 mil veículos para uma área de cerca de 700 mil metros quadrados, na Fazenda Piratininga, Via Dutra.

# Direção de luta eleita nas obras de São Luís

**No último dia 23, ocorreu o segundo escrutínio da eleição para renovação da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil de São Luís, São José de Ribamar e Paço de Lumiar, no Maranhão. Dos 297 votantes, 286 referendaram a chapa única; cinco votaram nulo e seis votaram em branco. João de Deus Penha e Vitório Serra Aguiar, respectivamente presidente e vice, encabeçam a chapa.**

Foto: Luís C. Leite

*Vitório: impugnado pela DRT; eleito pela base*

Apesar de no dia da votação não terem ocorrido incidentes maiores, o processo eleitoral foi bastante conturbado desde seu início. Um grupo de cinco sócios pediu à DRT (Delegacia Regional do Trabalho) a impugnação de cinco membros da chapa. O pequeno grupo, comandado por Augusto Marques, é conhecido por sua prática anti-sindical e vive de braços dados com os patrões na tentativa de enfraquecer o Sindicato.

Como se previa, o delegado da DRT, Fernando Cunha Lima, aceitou o pedido de impugnação. Após tomarem conhecimento da arbitrariedade, os cinco atingidos (Vitório Serra Aguiar, Engrácio Souza dos Santos, Valdeci da Cruz Soares, Raimundo Henrique e Feliciano Félix Costa) entraram com mandado de segurança, obrigando a DRT a voltar atrás. Só que no segundo escrutínio o bando dos cinco voltou à carga e obteve novo apoio da DRT.

Mesmo assim, os sindicalizados votaram na chapa completa, inclusive nos cinco líderes sindicais perseguidos. Segundo os membros da chapa, o fato da quase totalidade dos sócios terem referendado a chapa única "foi uma grande vitória sobre a tentativa de castrar as nossas lideranças".

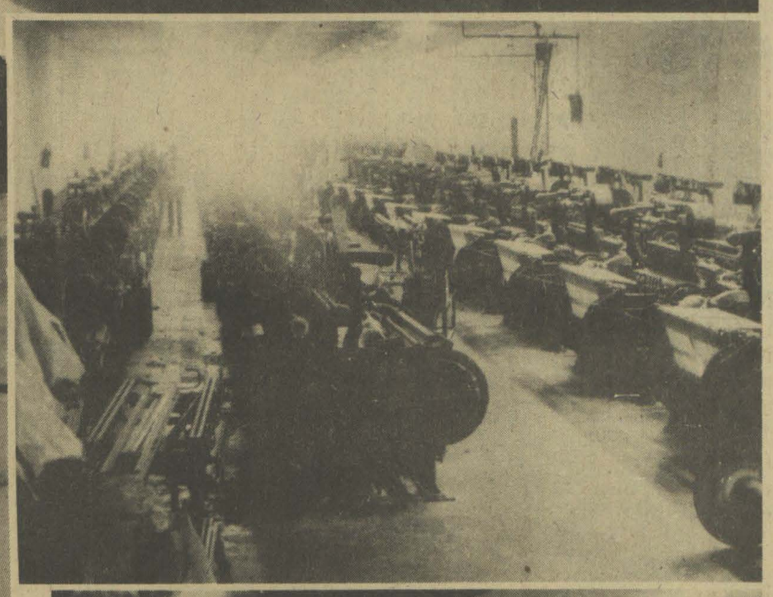
Para a nova [illegible]ta para que os cinco impugnados tomem posse continua, tanto no terreno jurídico como junto aos operários da base e ao restante do movimento sindical e democrático. O Sindicato é o mais importante numericamente do Estado, com uma base de 40 mil operários.

A tarefa da direção eleita, renovada, será enraizar a entidade nos canteiros de obras, sindicalizar e conseqüentemente, aumentar o poder de fogo da categoria na luta por melhores salários, [illegible] no emprego e contra a política econômica do regi[illegible] [illegible]. **(sucursal)**

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

# O drama de Delmiro Gouveia

**O tiro que o empresário Antônio Carlos Meneses deu em si próprio, 66 anos depois do assassinato de Delmiro Gouveia, marca um novo drama que envolve o afundamento da indústria têxtil no Nordeste, particularmente em Alagoas. Um drama que joga com a vida de 1.600 operários, os quais não têm outra opção de emprego na cidade de Delmiro.**



A Companhia Agro Fabril Mercantil, da cidade de Delmiro Gouveia, é marcada pela tragédia e pela particularidade de ser uma indústria de porte em plena caatinga alagoana. Sua instalação ocorreu nos idos de 1910 e gerou um município que leva o nome do fundador da empresa, Delmiro Gouveia: industrial assassinado depois de uma luta histórica pela implantação e desenvolvimento de uma indústria nacional que enfrentasse o capital estrangeiro, quer na utilização dos recursos naturais (hidroelétricos), quer na região de implantação física (Nordeste), quer na disputa dos mercados. Os três tiros disparados contra Delmiro marcaram a primeira tragédia **(ver box)**.

## Com a fábrica fechada, não há opção de emprego

Em 1978, a Companhia Agro Fabril Mercantil, de Delmiro Gouveia, era a quarta empresa alagoana em faturamento, a oitava em capital, e a primeira em número de operários do Estado. Hoje, funciona com apenas 20% de sua capacidade produtiva, demitiu 700 de seus 1.600 funcionários e seu proprietário, Antônio Carlos Meneses, suicidou-se no ano passado.

*Geraldina da Silva, demitida*

A fábrica está prestes a fechar suas portas, o que levará à ruína toda a cidade de Delmiro Gouveia, com uma dívida de Cr$ 7 bilhões. Não será a primeira empresa vitimada pela política econômica do governo militar, ditada pelo FMI. Das seis grandes fábricas têxteis de Alagoas, três cerraram suas portas e outras duas afundam rapidamente, entre elas a Companhia Agro Fabril Mercantil.

## Problema dos operários é a sobrevivência

A política econômica do governo, de altas taxas de juros, e o descaso para com este ramo da indústria são um dos principais responsáveis por esta situação. Isto agravado pela crise, que reduz o poder aquisitivo da população; e pelo descaso com a produção de algodão encarecendo a matéria-prima (no Ceará, o algodão teve de ser importado). Para saldar a dívida de Cr$ 7 bilhões contraída pela empresa, o industrial Antônio Carlos Meneses perambulou pelos bancos, atrás de novos empréstimos. Em muitas agências, não chegou sequer a ser recebido pelos gerentes. Escreveu duas cartas — para os governadores de Alagoas e Pernambuco —, alertando para a tragédia que seria o fechamento da empresa inevitável caso o governo não a socorresse. Em seguida, suicidou-se.

"A fábrica é responsável por 80% do volume de salários fixos na região — comenta um de seus diretores, Idelfonso. Se fechar, imagine o desastre! Para continuarmos a produzir, necessitamos de Cr$ 7 bilhões, e só temos a promessa de Cr$ 2 bilhões, através do Banco do Brasil" — lamentou. Horas após estas declarações, chegou a informação de que o Banco do Brasil resolvera não mais conceder o empréstimo de Cr$ 2 bilhões...

Todavia, para os operários, o problema é a própria sobrevivência e a manutenção da família. Os 900 funcionários que continuaram empregados na fábrica já não receberam o 13º salário — ou melhor, receberam um valor aproximado ao 13º em tecidos que eles mesmos produziram, e boa parte deste material ficou encalhada em suas casas ou foi vendida a preços irrisórios. Para fazer frente a esse drama, os trabalhadores realizaram ato público com mais de 6 mil pessoas e uma passeata que contou com o apoio da população local. Várias paredes foram pichadas: "A fábrica é nosso pão", "A culpa é do governo", "A fábrica não pode parar".

*A fábrica que pertenceu a Delmiro Gouveia, novamente ameaçada de fechar. Desta vez, vítima da política econômica ditada pelo FMI. O operário Mílton: "Nossa situação é de incerteza"*

## "Nossa situação é de incerteza", diz o operário

Mílton Correia foi contratado pela Agro Fabril Mercantil há 29 anos, quando tinha 13 anos de idade. Atualmente sua função é mecânico de manutenção: "A fábrica já vem com essa situação difícil há algum tempo. E somos nós, os operários, quase todos com família e casa para sustentar, os que mais sofrem. Nossa situação é de incerteza. Eu mesmo estou perto de me aposentar, e nem sei se vou conseguir isso. Não existem condições de sobrevivência se a fábrica fechar. O que ganho é Cr$ 120 mil por mês, para casa, água, luz e ainda sustentar mulher e filhos. O governo nunca se interessou por essa situação. A gente sabe que a culpa é dele mesmo. Se a fábrica fecha, minha única opção é pegar o Fundo de Garantia e ir para Maceió ou para o Sul. Mas a situação lá também não é boa. O caso é que aqui em Delmiro, só tem a fábrica".

Maria José, que há 12 anos trabalha na empresa, dá o seu testemunho: "Antes, o setor de confecção produzia 3 mil camisas. Hoje, a produção é de apenas 500. A situação está difícil. Se a fábrica fechar, as mulheres vão terminar trabalhando nas Frentes de Emergência".

Manoel de Oliveira tem 22 anos de casa, é operário de tecelagem e vereador pelo partido do governo, o PDS. Porém ele mesmo reconhece: "Se o governo não tem interesse em resolver a situação do país, ele vai resolver o problema da fábrica aqui? Se a gente puder colocar um presidente de acordo com o povo, aí sim. Mas do jeito que vai, solução até agora não apareceu, e eu acho difícil aparecer".

## Fábrica não recolhe o FGTS há um ano

A situação, contudo, é mais grave para Geraldina da Silva, com 11 anos de empresa quando foi despedida, há dois meses: "Há mais de um ano a fábrica não recolhe o Fundo de Garantia de ninguém. E eu mesma, que fui despedida há dois meses, até agora não recebi meu dinheiro. O trabalho era duro, a gente trabalhava 48 horas por semana. Nós, mulheres sentíamos muita discriminação. Inclusive no salário, que era às vezes menor que o dos homens. Além disso não existe creche, mesmo tendo muitas operárias casadas e com filhos".

Geraldina está incerta quanto ao seu futuro: "Queria trabalhar aqui mesmo, em Delmiro Gouveia, mas é difícil. Não sei o que vou fazer ainda. Não tem emprego quase nenhum fora da indústria têxtil. Aqui em casa está dando para sustentar um pouco a família, porque minha irmã também é operária e continua na fábrica. Se ela sair, não sei..." **(Paulo Pedrosa e Cláudio Manoel, da sucursal de Alagoas)**

## Pioneiro da indústria nacional

**Quando Delmiro Gouveia chegou em Água Branca, interior de Alagoas, fugido do Recife, recebeu a proteção física e política do "Coronel" Ulisses Luna. Hoje, o filho do "coronel", também chamado Ulisses Luna, e afilhado de Delmiro Gouveia, fala à** Tribuna Operária **sobre a história da fábrica têxtil e de seu fundador:**

"Delmiro Gouveia chegou ao sertão de Alagoas jurado de morte. É que ele tinha despencado a bengala na cabeça do então vice-presidnete da República, general Rosa e Silva. Meu pai, que era fazendeiro e chefe político da região, o protegeu. Aqui ninguém tocava nele. Uma vez, uma tropa de Recife, chefiada pelo tenente Isidoro, entrou na cidade e prendeu Delmiro. Aí, então, meu pai reuniu cerca de 300 homens armados e foi recuperar o seu amigo, já em território de Pernambuco."

*Ulisses Luna, afilhado de Delmiro*

### REGIÃO IDEAL

"Delmiro veio para cá devido também à possibilidade de obtenção de energia elétrica, com a implantação de turbinas na cachoeira de Paulo Afonso, e à localização privilegiada da cidade, com fronteira com vários Estados do Nordeste e às margens do rio São Francisco — o que facilita o transporte de cargas. Esta região era a ideal para a realização de seus planos.

"Delmiro implantou aqui tudo o que viu nos Estados Unidos e na Europa, tanto no que se refere ao avanço industrial lá existente, como nas relações de trabalho. Instituiu na sua indústria, Linhas Estrela, o regime de oito horas de trabalho. Fornecia prêmio aos operários que mais se destacavam na produção. Além disso, preocupou-se também com a implantação de alguns benefícios para os operários, tais como moradia, escola, diversão (cinema, teatro e até uma pista de patinação), água encanada, luz elétrica etc. Isso tudo, por incrível que pareceça, foi realizado aqui, entre 1912 e 1917, em pleno sertão alagoano.

"Ele começou com uma indústria de tratamento de couro de cabra. Logo depois, sentindo as potencialidades da região, implantou um novo fabrico, o de linhas. Suas linhas conquistaram parte do mercado nacional e quase todo o mercado da América do Sul. Toda essa expansão era uma concorrência que desagradava à fábrica inglesa *Machine Cottons*. Esta empresa tentou, várias vezes, levar Delmiro à falência: vendia seus produtos abaixo do custo, em concorrência desleal. No entanto ele resistiu. Até que, em 10 de outubro de 1917, foi assassinado. Embora muitos falem o contrário, eu tenho certeza de que foi a *Machine* quem mandou matá-lo.

### MÁQUINAS DESTRUÍDAS

"Depois da morte de Delmiro, seus herdeiros tentaram manter a fábrica sem, no entanto, conseguir sucesso. A *Machine Cottons*, exercendo pressão, conseguiu, em 1929, comprar as instalações e a marca, Estrela, da Fábrica de Pedra. No ano seguinte, as máquinas da fábrica foram destruídas e seus destroços jogados no Rio São Francisco. Em seguida, as instalações foram vendidas aos Meneses, atuais donos, que, aproveitando o que sobrou da antiga fábrica, construíram uma indústria de tecidos, a Cia. Agro Fabril Mercantil". E agora, com um cenário diferente, a tragédia se repete.

*Delmiro Gouveia, primeiro proprietário da fábrica. Enfrentou o imperialismo inglês e venceu. Foi assassinado*

*Antônio C. Meneses, último proprietário da Cia. Agro Fabril. Atingido pela política econômica do governo. Derrotado, suicidou-se*

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

**Os vinte anos que arruinaram o país**

# *Os monstros da guerra suja*

**A ditadura brasileira também travou uma guerra suja contra o povo. Seus crimes, hoje ainda impunes, foram desde os assassinatos a sangue-frio na tortura até a remontagem de todo o aparelho de Estado, exacerbando seu caráter opressor. Esta monstruosa máquina militar-policial de repressão permanece incólume nos porões do regime, pronta para agir.**

Ao desfechar o golpe a cúpula militar possuía sua estratégia pronta: a chamada *Doutrina de Segurança Nacional*, formulada na Escola Superior de Guerra seguindo o modelo do *War College* dos EUA. Segundo ela, as Forças Armadas devem voltar-se não para defender o país de eventuais agressões externas, mas acima de tudo para combater o "inimigo interno", o comunismo. Este é visto como um ser infiltrado nas cidades e no campo, nos sindicatos, na imprensa, nas artes, no Parlamento, na Igreja... Implementada desde 1964 e sobretudo após o AI-5, em 1968, a Doutrina de Segurança inspirou uma guerra suja contra o povo.

## Cerca de meio milhão de brasileiros nas prisões da ditadura

Segundo cálculos do advogado Modesto da Silveira, cerca de meio milhão de homens, mulheres e crianças passaram pelas prisões. Houve 4.877 cidadãos com direitos políticos cassados, 128 banidos, perto de 10 mil exilados e muitos milhares de torturados nas masmorras da ditadura. O número de mortos nestes 20 anos nunca foi apurado. Os militares nem sequer admitem indicar aos familiares das vítimas os lugares onde estas se encontram enterradas. O levantamento mais completo que se conhece é o da Ordem dos Advogados do Brasil-Rio de Janeiro, de 1982 **(veja quadro ao lado)**: relaciona os nomes de 194 mortos, 72 "desaparecidos" e 67 mortos e "desaparecidos" na Guerrilha do Araguaia. Total: 333 vítimas.

## *Mortos e desaparecidos*

| ANO | MORTOS | DESAPARECIDOS | ARAGUAIA |
|---|---|---|---|
| 1964 | 11 | 2 | — |
| 1965 | 2 | — | — |
| 1966 | 1 | — | — |
| 1967 | 1 | — | — |
| 1968 | 12 | — | — |
| 1969 | 18 | 1 | — |
| 1970 | 21 | 11 | — |
| 1971 | 34 | 14 | — |
| 1972 | 39 | 6 | |
| 1973 | 27 | 17 | 67 |
| 1974 | — | 12 | |
| 1975 | 4 | 8 | |
| 1976 | 7 | — | — |
| 1977 | 2 | -- | — |
| 1978 | 2 | 1 | — |
| 1979 | 7 | — | — |
| 1980 | 5 | — | — |
| 1981 | 2 | — | — |
| TOTAL | 194 | 72 | 67 |

Os generais investem com fúria contra quem ouse desvendar os casos de tortura. No início de 1981, a ex-presa política Inês Etienne reconheceu, em Petrópolis, uma casa onde fora torturada. Foi o que bastou para os ministros da Marinha, Exército e Aeronáutica expelirem notas oficiais em tom irado, taxando as Forças Armadas de "instituições inatacáveis".

Incontáveis depoimentos de ex-presos e torturados permitem recompor, ao menos em parte, como foram as verdadeiras operações de guerra movidas por essas "instituições inatacáveis". Vejamos, entre os abudantes exemplos, o macabro episódio da morte de Eduardo Leite, o **Bacuri**.

Eduardo tinha 25anos quando foi preso, a 21 de agosto de 1970, numa operação conjunta do Cenimar e do "Esquadrão da Morte" paulista, com a participação do delegado marginal e toxicômano Sérgio Paranhos Fleury. Foi submetido diariamente a toda sorte de tortura. No dia 25 de outubro, **Bacuri** estava encarcerado na cela 4 do "fundão" do DOPS paulista quando a imprensa divulgou nota oficial do próprio DOPS que anunciava a sua "fuga". O tenente Chiari, da PM, deu-se ao trabalho de mostrar-lhe um jornal com a notícia. A cena sinistra valia como uma sentença de morte.

## Dentes arrancados, orelhas decepadas e os olhos vazados

Os outros prisioneiros políticos, conscientes do que se planejava, montaram turnos de vigilância 24 horas por dia para tentar impedir o assassinato. E viram, manifestando-se com brados de indignação, como **Bacuri** foi retirado da cela por elementos do "Esquadrão da Morte", no dia 27. Em 8 de dezembro, o corpo de Eduardo Leite "apareceu" nos arredores de São Sebastião, litoral paulista. Seus familiares mal puderam reconhecê-lo: desnutrido, cheio de hematomas, escoriações e cortes, tinha os dentes arrancados, as orelhas decepadas, os olhos vazados.

À selvageria repelente dos órgãos repressivos se contrapunha o heroísmo dos que souberam enfrentar a ditadura, as torturas e a morte. **Bacuri**, nunca forneceu uma só informação a seus carrascos. Carlos Danielli, operário, dirigente do PC do Brasil, torturado até a morte no CODI-DOI de São Paulo, sob o comando do major do Exército Carlos Brilhante Ulstra, respondia: "É disso que vocês querem saber? Pois é comigo mesmo, só que não vou dizer". Às vésperas da morte, em 1973, escreveu com o próprio sangue na cela do DOI "Este sangue será vingado".

Sobretudo após as manifestações de protesto contra o assassinato do jornalista Wladimir Herzog, em outubro de 1975, os generais aperceberam-se de que a resistência do povo, já não lhes permitia agir como bem entendessem e foram se contendo. Ainda chacinaram, em dezembro de 1976, os dirigentes comunistas Pedro Pomar, Ângelo Arroio e João Batista Drumond. Desde então, com o desabrochar e a vitória da memorável campanha da Anistia, ficaram de mãos amarradas.

Isto significa que a guerra acabou? Quase dois anos depois da Anistia, o escabroso episódio do Riocentro mostraria que os torturadores e assassinos, recolhidos aos porões do regime, continuam a postos. Na noite de 30 de abril de 1981, dois membros do CODI do Rio são pilhados em flagrante tentativa de explodir uma bomba no auditório do Riocentro, onde 20 mil jovens assistiam a um *show* em homenagem ao 1º de Maio. Um "acidente de trabalho" impede a carnificina: a bomba explodiu dentro do próprio carro Puma dos terroristas.

## Sinais de vida do aparato repressivo que está intacto

O episódio do Riocentro e inúmeros outros, como o assassinato de dona Lyda Monteiro e o nebuloso Caso Baumgarten, não são restos de um passado morto. São os sinais de vida do aparato de repressão que continua intacto. Comentando o Caso Baumgarten, o próprio general Golbery do Couto e Silva, fundador do SNI, confessa: "Criamos um monstro".

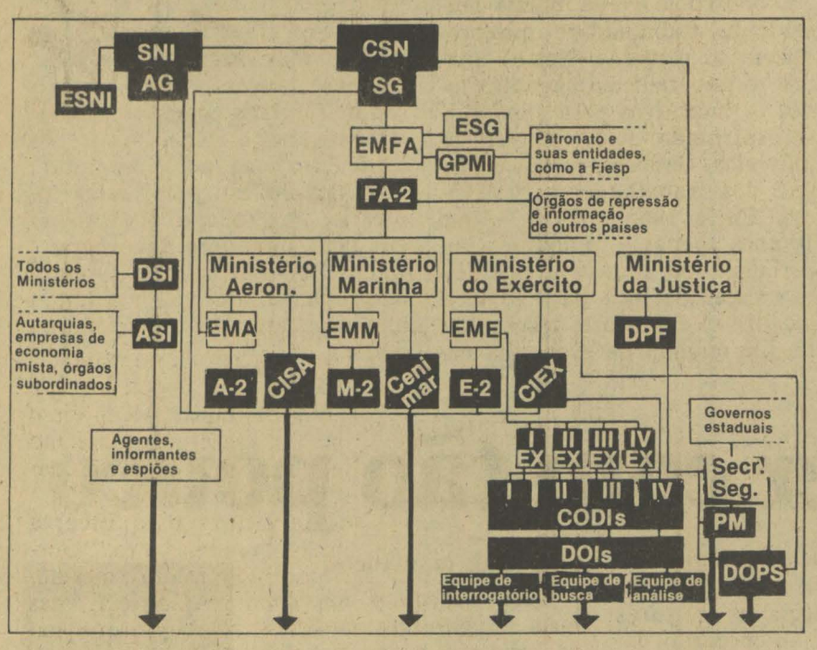
A máquina de espionagem, censura, tortura e morte começou a ser montada logo após o golpe, com base nos quadros e na estrutura das Forças Armadas e dos órgãos policiais existentes. Alimenta-se com fartas verbas oficiais, doações de capitalistas e o produto de saques.

O organograma ao lado dá uma idéia do tamanho do monstro. Mostra como a estrutura policial-militar anterior a 1964 (já opressiva e antipopular) foi toda posta sob o comando do Conselho de Segurança Nacional. Para espionar a nação os golpistas implantaram o SNI, que opera como governo paralelo e "observa" a nação inteira — controla as fichas de 10 milhões de brasileiros, escuta conversas telefônicas até do presidente da República. Em cada uma das três Armas foram criados serviços secretos: o CIE no Exército; o Cenimar na Marinha (famoso pela tortura "científica" que praticava na Ilha das Flores); o CISA na Aeronáutica.

Para o dia-a-dia do trabalho mais sujo criaram-se os CODI-DOIs. As Polícias Militares passaram à tutela do Exército e especializaram-se na repressão à greves e movimentos de massas. O Ministério da Justiça, antes um órgão eminentemente político, transformou-se em instituição policial responsável pela censura à imprensa e às artes e pela Polícia Federal, que realiza inquéritos com base na Lei de Segurança Nacional.

O Poder Executivo militarizou-se. A Presidência da República passou a ser posto privativo dos generais de quatro estrelas. E a alta oficialidade espalhou-se pelos órgãos administrativos, chefia das autarquias e empresas estatais, ramificando-se também pelas diretorias das multinacionais que aqui se instalaram.

Todas essas monstruosidades geradas em 20 anos de ditadura garantiram, pela força, com a omissão de todos, que o Brasil chegasse à situação atual.




## *A máquina militar-policial*

**CSN** — *Conselho de Segurança Nacional* — Na prática o órgão supremo da estrutura estatal, encarrega-se de "estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases para a política nacional". Composto pelo general-presidente, os chefes do SNI, EMFA, Estados Maiores das Três Armas, gabinetes militar e civil, o vice-presidente e todos os ministros.

**SG** — *Secretaria Geral do SNI* — Sempre dirigida por um militar, orienta desde a política de informática até a política fundiária na Amazônia. O secretário geral do CSN, general Danilo Venturini, é um dos "ministros da casa", núcleo que toma as decisões no Planalto.

**SNI** — *Serviço Nacional de Segurança* — Criado em 1964, elevado à condição de Ministério em 1974, é o maior dos monstros. Fez dois generais-presidentes — Médici e Figueiredo. Espiona todos os oposicionistas e até os quadros do governo, com uma rede estimada em 200 mil informantes. Seu chefe, general Medeiros, é também "ministro da casa".

**AC** — *Agência Central do SNI* — Chefiada por um general, é a cúpula executiva do órgão.

**ESNI** — *Escola do SNI* — Forma "especialistas" desde 1971, militares e civis.

**ESG** — *Escola Superior de Guerra* — Criada em 1948, conspirou pelo golpe e produziu sua base doutrinária. Ministra aulas a oficiais das Três Armas e civis, em geral grandes empresários e políticos da situação.

**GPMI** — *Grupo Permanente de Mobilização Industrial* — Criado em 1964 sob inspiração do empresário e fascista Theobaldo de Nigris, então secretário da Fiesp. Ajuda a adaptar a produção industrial às necessidades das Forças Armadas, inclusive com planos de mobilização de guerra.

**FA-2** — *Segunda Seção do EMFA* — Órgão de informação do Estado-Maior, encarregado também das relações com serviços de espionagem e repressão de outros países, como a CIA e seus similares latino-americanos.

**A-2, M-2, E-2** — *Segundas Seções da Aeronáutica, Marinha e Exército* — Subordinadas aos Estados-Maiores de cada Arma, centralizam a atividade de informação dentro de cada uma delas.

**CISA** — *Centro de Informação da Aeronáutica* — Diretamente ligado ao Ministério, divide com o Cenimar e o CIEX ações de informação e repressão.

**Cenimar** — *Centro de Informações da Marinha* — Vinculado ao ministro. Notabilizou-se pela tortura "científica" na Ilha das Flores, Guanabara.

**CIE** — *Centro de Informações do Exército* — Diretamente ligado ao ministro, seu chefe, um general-de-brigada, tem assento no Alto Comando do Exército. É responsável pela orientação dos CODI-DOIs.

**CODI** — *Centro de Operações de Defesa Interna* — Os CODIs foram montados em cada Exército, segundo o modelo da famigerada OBAN ("Operação Bandeirantes"), que agiu em São Paulo em 1969. Geralmente funcionam em unidades do Exército. Integram oficiais e praças das três Armas e das PMs, elementos da Polícia Federal, DOPS e também membros de organizações para-militares.

**DOI** — *Departamento de Operações Internas* — Os DOIs são órgãos locais dos CODIs. Dividem-se em turmas (A, B e C) e também em equipes.

**Equipe de Análise** — Estuda, seleciona e classifica as informações, apresenta relatórios aos órgãos superiores, orienta os interrogatórios.

**Equipe de busca** — Encarregada dos seqüestros e emboscadas. Fortemente armada, equipada com carros de *chapa fria*, celebrizou-se pelo banditismo, pelas invasões de domicílio, depredações, roubos, assassinatos.

**Equipe de Interrogatório** — Responsável específica pela tortura. Acumulou um arsenal de instrumentos de suplício: *pau-de-arara, maquininha, pianola, boilesen, cadeira do dragão, geladeira, soro de verdade*, etc.

**DPF** — *Departamento de Polícia Federal* — Ligado ao Ministério da Justiça, com Superintendências nos Estados.

**DOPS** — *Departamento de Ordem Política e Social* — Subordinados às Secretarias Estaduais de Segurança. Em 1982-83 foram desativados no Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, onde a Polícia Federal assumiu suas funções e incorporou seus quadros.

**PM** — *Polícia Militar* — Formalmente ligadas aos governos estaduais, as PMs sofreram drástica militarização após 1964, passando a ser comandadas por oficiais do Exército.

## *Luís Medeiros: vítima da tortura*

Um exemplo vivo de como a ditadura militar trata seus adversários mora em Brasília, na própria capital da República. Trata-se de Luís Medeiros, potiguar, 39 anos, valoroso combatente do povo. Ele tornou-se tetraplégico — paralítico dos braços e das pernas, movimentando apenas a cabeça — em conseqüência das torturas que sofreu em Pernambuco. A **Tribuna Operária** procurou-o em Brasília para ouvir sua história.

*Medeiros: tetraplégico, só pode mover a cabeça*

Luís Medeiros era estudante de engenharia no Recife quando, em 1968, decidiu abandonar os estudos para integrar-se aos camponeses da Zona da Mata pernambucana. Mudou-se para a cidade do Cabo e passou a trabalhar como cortador de cana, vivendo as mesmas dificuldades enfrentadas pelos canavieiros. "Fui pra lá sem nunca ter cortado cana antes", comenta. Durante este período ajudou no trabalho de mobilização dos trabalhadores da Zona da Mata, que resultou na famosa greve do Cabo.

### PRESO NO HOSPITAL

Em julho de 1969, Medeiros foi preso por agentes do DOPS pernambucano no engenho em que trabalhava. Depois de viajar um dia inteiro algemado num *jeep*, levaram-no de volta para a Usina Liberdade, no próprio município do Cabo, onde foi barbaramente torturado. Foi um dia inteiro de pancadas com fio de cobre, pau-de-arara, fuzilamento simulado, queimaduras. Depois de sofrer tantas sevícias, Medeiros não resistiu e desmaiou. Internado às pressas ficou mais de 15 dias hospitalizado.

Após sair do hospital, foi transferido para o tristemente célebre prédio do DOPS, na rua da Aurora, onde as torturas continuaram, comandadas pelos policiais Miranda, Rivel Rocha e Humberto, entre outros. Abalado física e moralmente e desesperado com a perspectiva de novas torturas, Medeiros decidiu buscar a liberdade. No dia 22 de agosto de 1969, um mês e seis dias após sua prisão, aproveitando-se de um raro momento de solidão, pulou pela janela do 1º andar do prédio. Em conseqüência da queda, Medeiros ficou tetraplégico, estado em que se encontra até hoje, completamente imobilizado, preso a uma cama.

Mesmo assim, a ditadura não o deixou em paz. Condenado a três anos e meio de reclusão, ele cumpriu toda a pena no leito de um hospital. Apesar de imobilizado, seus algozes fizeram com que cumprisse toda a pena num quarto fechado, permanentemente vigiado por policiais, não permitindo nenhuma visita. Cumprida a pena, Medeiros foi solto e mudou-se para Brasília, onde vive até hoje, dependendo exclusivamente da ajuda de amigos.

### "PUNIR OS ASSASSINOS"

Para Luís Medeiros, os responsáveis por todos os crimes cometidos contra o povo precisam ser punidos: "O povo deve cobrar até o fim a punição dos responsáveis pelos crimes cometidos durante o auge da repressão. Não pode haver nenhuma anistia para quem pegou pessoas presas, desarmadas e indefesas e as matou, torturou, massacrou. Os responsáveis por isso são criminosos bárbaros e, portanto, merecem ser punidos. Isso é uma questão de justiça", afirma Medeiros.

Entretanto ele acredita que a verdadeira apuração destes crimes e a punição de seus responsáveis só poderá ocorrer com o fim do atual regime. "Uma apuração séria de todos os crimes só poderá acontecer com o fim do regime militar e com a construção de um novo governo, verdadeiramente democrático, explica Medeiros.

**(Moacyr de Oliveira, de Brasília)**

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

**Os vinte anos que arruinaram o país**

# *Brasil grande, povo com fome*

**Em 1964, o marechal Castello Branco dizia-se "síndico de uma massa falida". Em 1970, sob o general Médici, o clima era outro: vivia-se o período da euforia do "Ninguém segura este país". Ainda em 1980, o general Golbery falava na "grande potência emergente de nossos sonhos". A miragem grandiosa dos generais esfumaçou-se, entretanto. E o povo, que já havia pago a conta do milagre, está arcando também com o preço de sua derrocada, na mais grave crise que o país já viveu.**

Em 1963, a população brasileira era de 76 milhões de pessoas. Menos da metade (48%) moravam na zona urbana. Naquele ano, 25,3 milhões de brasileiros compunham a população economicamente ativa (PEA) — isto é, os brasileiros que trabalhavam. A classe operária era formada por 3,6 milhões de trabalhadores; 40% dos brasileiros eram analfabetos, e havia um déficit habitacional no país de 8 milhões de residências.

O trabalho desses 25 milhões de brasileiros foi o fermento que fez crescer o bolo que o ministro Delfim Netto dizia que primeiro devia crescer, para depois ser repartido. Esse bolo é o PIB (Produto Interno Bruto) cujo valor, em 1963, correspondia a Cr$ 30 trilhões de 1982. Seu crescimento, em relação a 1962, foi de 1,6% e o crescimento da produção industrial, apesar da crise de então, foi de 0,2%. A renda per capita, que corresponde à parcela de cada brasileiro no PIB, cresceu (em cruzeiros de 1982) de Cr$ 200.724,00 em 1966 para Cr$ 448.800,00 em 1980, quando começou a cair, chegando a Cr$ 399.524,00 em 1983. O bolo cresceu, efetivamente. No ano passado, o PIB correspondeu a 60 trilhões (cruzeiros de 1982).

Em 1983, a população brasileira atingiu 129 milhões; 67% moravam nas cidades e a classe operária era formada por um número estimado de 13 milhões de trabalhadores. Os analfabetos compreendem 26% da população (contra 24% em 1976), o déficit habitacional era de 12 milhões de residências em 1982, e cresce a uma média de 600 mil casas por ano.

A crise, hoje, é infinitamente mais grave, mais profunda e mais danosa para o povo do que a de 1963. Em 1981, pela primeira vez desde 1945, o PIB andou para trás: teve uma queda de 1,9% . Em 83, a queda foi maior ainda: 3,3%, enquanto que a produção industrial caía 7%. Os reflexos dessa situação são catastróficos para os trabalhadores. Dos 49,9 milhões de trabalhadores que formavam a PEA em 1983, apenas 36% tinham contrato de trabalho regular, com carteira assinada. Perto de 1/3 trabalhava mais do que 49 horas semanais (nos países mais desenvolvidos, os trabalhadores raramente ultrapassam a marca das 40 horas semanais), o desemprego desenvolvia-se como uma praga: em dezembro de 1983, nas seis principais regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre) existiam 13 milhões de trabalhadores. Segundo o IBGE, apenas 79% tinham emprego fixo: 14% estavam desempregados, 6% tinham algum bico (subemprego) e 1% trabalhava sem remuneração.

A situação dos trabalhadores que têm emprego fixo não é confortável, apesar de tudo. As condições de trabalho, que já eram ruins, deterioram-se e o aumento da exploração provoca níveis altíssimos de acidentes no trabalho. Em 1981, vitimaram 1,3 milhões de trabalhadores — cerca de 8% daqueles que tinham a carteira assinada. Deste total, 1,1 milhão teve incapacidade temporária para o trabalho e 30 mil, permanente.

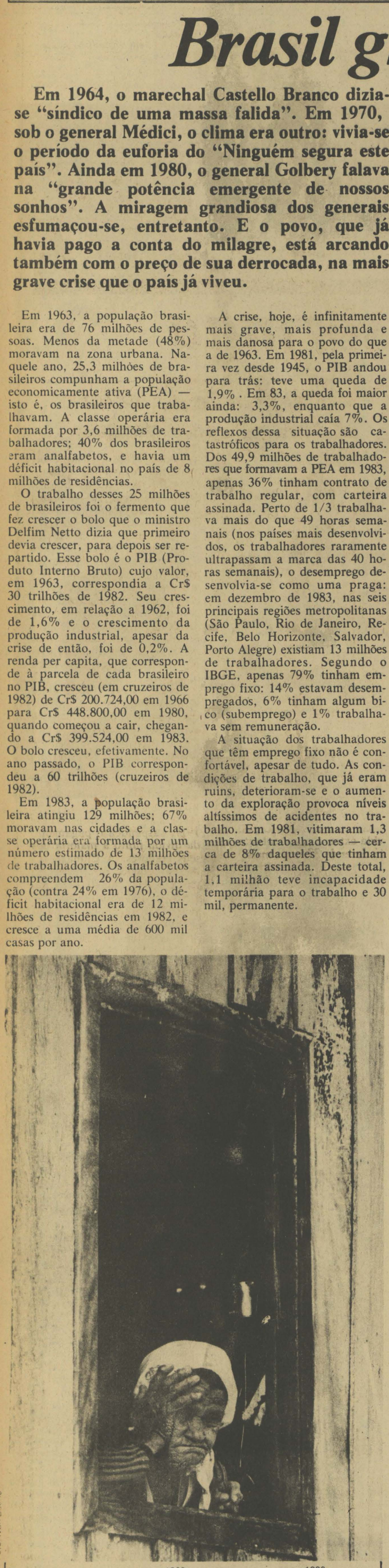


Foto: Ivan Bueno

| | 1963 | 1983 |
|---|---|---|
| População | 76 milhões | 129 milhões |
| População urbana | 48% | 67% |
| Classe operaria | 3,6 milhões | 13 milhões |
| Salário mínimo (Cr$ de 83) | 40 776,00 | 20.211,00 (março/1984) |
| Valor da alimentação (tempo gasto para adquirir a ração mínima prevista pela lei) | 98h20min | 163h45min |
| Renda per capita (Cr$/82) | 200.724,00 (1966) | 399.524,00 (1983) |
| Inflação | 91,9% (1964) | 234% (jan/84) |
| Variação do PIB | 1,6% | — 3,3% |
| Variação da produção industrial | 0,2% | — 7% |
| Habitação (déficit) | 8 milhões de casas (1960) | 12 milhões de casas (1982) |
| [illegible] | 109/1.000 | 92/1.000 |

Foto: Valdir Afonso

*Assembléia de cortadores de cana na Zona da Mata: os trabalhadores nunca engoliram a história do bolo*

# A grande mentira do bolo de Delfim

**Os trabalhadores nunca engoliram a história do bolo do ministro Delfim. E tinham razão: afinal, ela revelou-se como uma das maiores mentiras que já tiveram que enfrentar. Entre 1963 e 1983, a fatia dos ricos cresceu, e a dos pobres encolheu. No campo, os latifúndios ficaram ainda maiores e aumentou o número dos camponeses sem terra.**

Em março de 1984, o valor real do salário mínimo correspondia a 49% do valor em 1963. Neste ano, o trabalhador gastava 98h20 para adquirir a ração mínima prévista na lei do salário mínimo, e em dezembro de 1983, a comida consumia 163h45 das 240 horas que o operário deveria trabalhar por mês. Em 1963, 90% dos trabalhadores recebiam até 2 salários mínimos por mês, número que caiu para 68% em 1982. Essa diminuição dos que recebem o salário mínimo é usada muitas vezes por ideólogos do regime para provar que a situação dos trabalhadores "melhorou". Eles se esquecem, contudo, que o valor do mínimo foi corroído profundamente nesse período, de tal forma que seu valor em 1963 era 1,4 vezes maior do que em dezembro de 1982. Uma estatística mais correta da distribuição da renda é, então, a da parcela propriada por cada segmento da população: em 1963, os 50% mais pobres (cerca de 12 milhões de famílias) tnham 17% da renda, e em 1980 apenas 12%. Os 10% mais ricos (cerca de 2,4 milhões de famílias) tinham 40% da renda em 1963, e aumentaram para 51% em 1980. Já os muito ricos (1% da população, mais ou menos 240 mil famílias) tinham 12% da renda em 1963, e subiram para 17% em 1980. Isto é, apenas 1% da população apropria-se de uma parcela de renda maior do que os 50% mais pobres.

A concentração da terra seguiu tendência semelhante. Em 1963, as 41.200 grandes propriedades (maiores que 1.000 ha) tinham 45% das terras, e 1,2 milhões de propriedades (menores que 10 ha) espremiam-se em 2% das terras. Naquele ano, havia 9,7 milhões de famílias sem terras. Em 1980, as 48 mil grandes propriedades com mais de 1.000 ha tinham 46% das terras, e as 2,6 milhões de pequenas propriedades, com menos de 10 ha, tinham 2,4% ds terras. Segundo a Contag, em 1983 havia 12 milhões de famílias sem terras.

O modelo econômico implantado pelos militares e pelos tecnocratas tem efeitos semelhantes no campo e na cidade, como podemos ver: concentra riqueza e meios de produção num pólo, nas mãos de uma minoria.

O outro pólo é o da miséria crescente dos trabalhadores que produzem as riquezas. Nesse quadro, o imperialismo encontra todos os incentivos para expandir-se usufruindo, feito vampiro, os músculos, cérebros, nervos e sangue dos trabalhadores brasileiros. Entre 1965 e 1975 — em 10 anos apenas — o domínio imperialista da indústria brasileira cresceu de 19% para 26%. E localiza-se em setores escolhidos, no filé mignon da economia nacional: domina 99,8% da indústria automobilística, 64% da indústria de autopeças, 64% do setor de bebidas e fumo, 78% da eletroeletrônica, 100% da indústria farmacêutica, 75% do setor de higiene e limpeza, 59% de máquinas e equipamentos, 84% do material de escritório, 59% de material de transporte, 74% de plásticos e borracha e 71% da indústria têxtil. Os setores mais modernos e rentáveis da indústria de nosso país estavam, assim, em mãos estrangeiras. Outro dado: os investimentos estrangeiros no Brasil cresceram em relação a 1963, 1247% em 1978 e 729% em 1980.

Em linhas gerais pode-se dizer que esse processo de concentração de riquezas começou imediatamente após o golpe, numa época de crise econômica; continuou nos anos 70, em pleno auge industrial do "milagre"; e prossegue hoje, quando o país vive nova crise, bem mais grave. O grande problema aqui não é se há ou não crise, mas sim quem está no poder.

# O milagre de viver com tão pouco

O empobrecimento do povo brasileiro é inegável. Ele manifesta-se principalmente na fome, patologia nacional mais difundida. O verdadeiro milagre brasileiro — já se disse — é feito pelo povo ao conseguir sobreviver em condições tão adversas. A concentração de riqueza num pólo e pobreza em outro revela aqui sua face cruel: de acordo com o Ministério da Saúde, em 1983 a expectativa de vida dos ricos era de 62 anos, e a dos pobres 50 anos. Isso significa que um rico poderia viver 12 anos a mais que um pobre. A mortalidade infantil, que era de 109 por mil em 1963, não melhorou muito em 1983: era de 92 por mil, colocando o Brasil em quarto lugar na América Latina. Esse número é 4,5 vezes maior do que o limite fixado pela Organização Mundial de Saúde, para quem qualquer índice maior que 20 por mil é considerado alto. A fome é responsável por 60% dessas mortes. Ela mata, segundo a Unicef, 1.000 crianças menores de 1 ano por dia no Brasil.

A gravidade dessa situação é tal que o próprio ministro da Saúde, em palestra na Escola Superior de Guerra, reconheceu que a mortalidade infantil pode voltar a crescer, "revertendo uma tendência de decênios e constituindo acontecimento inédito na história sanitária brasileira". E, na ocasião, ele apontou corretamente a causa: inflação incontrolável, desemprego e redução na renda real dos trabalhadores, que os leva a reduzir o nível de consumo dos alimentos essenciais.

Os que sobrevivem ao primeiro ano de vida trazem fundo a marca da fome. Um estudo recente de técnicos do IPEA mostra que 86 milhões de brasileiros são subnutridos; 10% das crianças brasileiras são deficientes física e mentalmente devido à desnutrição no primeiro ano de vida. Apenas 31% das crianças de 5 a 10 anos atingia, segundo o CNPq, o peso normal para sua idade, ameaçando criar uma raça de anões em nosso país.

O próprio general Waldir Vasconcelos, chefe do EMFA, declarou que as Forças Armadas dispensam 45% dos jovens que se alistam anualmente, por insuficiência física. Na Zona da Mata, em Pernambuco, a estatura média dos homens é 1,47m — um centímetro a menos que os pigmeus africanos!

Esse quadro terrível é resultado da conjugação da espoliação a que os trabalhadores são submetidos com o modelo econômico exportador na agricultura, que privilegia as culturas destinadas ao mercado externo, em detrimento da produção dos alimentos necessários à população. Entre 1963 e 1979, a disponibilidade de alimentos por habitante variou da seguinte maneira: arroz, diminuiu 3,7%; de feijão, 25%; do milho cresceu 5,5%; mandicoa caiu 22,4% e a batata cresceu 16%. A disponibilidade de carnes e ovos por habitante cresceu 22%, mas mesmo assim o nível de consumo é extremamente baixo: 98g diários em média por pessoa, enquanto que o consumo argentino é de 306g diários em média por pessoa, e o americano, 300g.

A fome, que atinge de alguma maneira 2/3 dos brasileiros, é uma das heranças mais terríveis deixadas pelos generais após 20 anos de domínio absoluto do país. Ela ajuda a compor o quadro dos doentes e mutilados que vagam hoje pelo país: 40 milhões, em absoluta miséria; 40 milhões de infectados pela tuberculose; 12 milhões de infectados pela esquistossomose; 10 milhões de chagásicos; 40 milhões de deficientes mentais; 6 milhões com bócio endêmico; 70 milhões de infectados por verminoses; 7 milhões de reumáticos.

Outro aspecto a considerar a respeito das condições de vida de nosso povo é suas condições de moradia. Já vimos o alto déficit habitacional que existe. As favelas proliferam como cogumelos. Em São Paulo, a população favelada cresceu de 42 mil em 1972 para 880 mil de 1979. Nesse ano, existiam 2,15 milhões de residências em São Paulo; apenas 1,38 milhões eram casas normais. O resto eram favelas, cortiços ou casas improvisadas. No Rio de Janeiro, a população favelada pulou de 335 mil em 1960 para 935 mil em 1979 — chegando, nesse ano, a 18% da população total da cidade.

Esse é o povo que os generais deixam ao país, 20 anos após o golpe militar de abril de 1964. Um povo doente, subnutrido, pobre, no qual os deficientes mentais têm um peso enorme que compromete sua capacidade de aprender e de trabalhar. Apesar de tudo isso, um povo que luta para viver, que luta pelo direito de trabalhar, que luta pela defesa intransigente de seu direito de participar das decisões que dizem respeito a seu destino. (Carlos **Henrique e Rita de Cássia Ruy**)

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

## Os vinte anos que arruinaram o país

| | | PRIMEIRA FASE | | | | | | SEGUNDA FASE | | | | | | | | | | TERCEIRA FASE | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | em milhares de dólares |
| ANO | | 1964 | 1965 | 1966 | 1967 | 1968 | 1969 | 1970 | 1971 | 1972 | 1973 | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983** | 1984*** | 1985*** | 1986*** |
| A. QUANTOS DÓLARES ENTRARAM | Empréstimos e financiamentos* | 221 | 363 | 508 | 530 | 726 | 1.023 | 1.433 | 2.037 | 4.299 | 4.495 | 6.891 | 5.933 | 7.761 | 8.424 | 13.632 | 11.690 | 12.447 | 15.554 | 12.517 | 11.884 | 9.600 | 9.600 | 9.600 |
| | Amortizações | 277 | 304 | 350 | 444 | 446 | 493 | 672 | 850 | 1.202 | 1.673 | 1.920 | 2.172 | 2.987 | 4.060 | 5.170 | 6.551 | 7.000 | 6.242 | 6.916 | 9.963 | 7.500 | 8.600 | 13.400 |
| B. QUANTOS DÓLARES SAIRAM | Juros | 132 | 157 | 156 | 185 | 147 | 182 | 234 | 302 | 359 | 514 | 652 | 1.498 | 1.810 | 2.104 | 2.695 | 4.104 | 5.870 | 10.319 | 12.555 | 11.306 | 10.600 | 10.200 | 10.200 |
| | Total que saiu | 409 | 461 | 506 | 629 | 593 | 675 | 906 | 1.152 | 1.561 | 2.187 | 2.572 | 3.670 | 4.797 | 6.164 | 7.865 | 10.655 | 12.870 | 16.561 | 19.471 | 21.269 | 18.100 | 18.800 | 23.600 |
| C. QUANTO SOBROU (A-B=C) | | — 188 | — 88 | 2 | — 99 | 133 | 348 | 527 | 885 | 3.627 | 2.380 | 4.364 | 2.263 | 2.964 | 2.260 | 5.767 | 1.035 | — 423 | — 1.430 | — 6.954 | — 9.385 | — 8.500 | — 9.200 | — 14.000 |
| D. DÍVIDA EXTERNA* | | 2.502 | 2.725 | 2.956 | 3.372 | 3.780 | 4.403 | 5.295 | 6.622 | 9.521 | 12.572 | 17.166 | 21.171 | 25.985 | 32.037 | 45.511 | 49.904 | 53.847 | 61.411 | 69.653 | 79.700 | 80.900 | 85.600 | 99.100 |
| E. CRESCIMENTO ANUAL DA DÍVIDA | | — 25 | 223 | 231 | 416 | 408 | 623 | 892 | 1.327 | 2.899 | 3.051 | 4.594 | 4.005 | 4.814 | 6.052 | 13.474 | 4.393 | 3.942 | 7.564 | 8.247 | 10.047 | 1.200 | 4.700 | 3.500 |

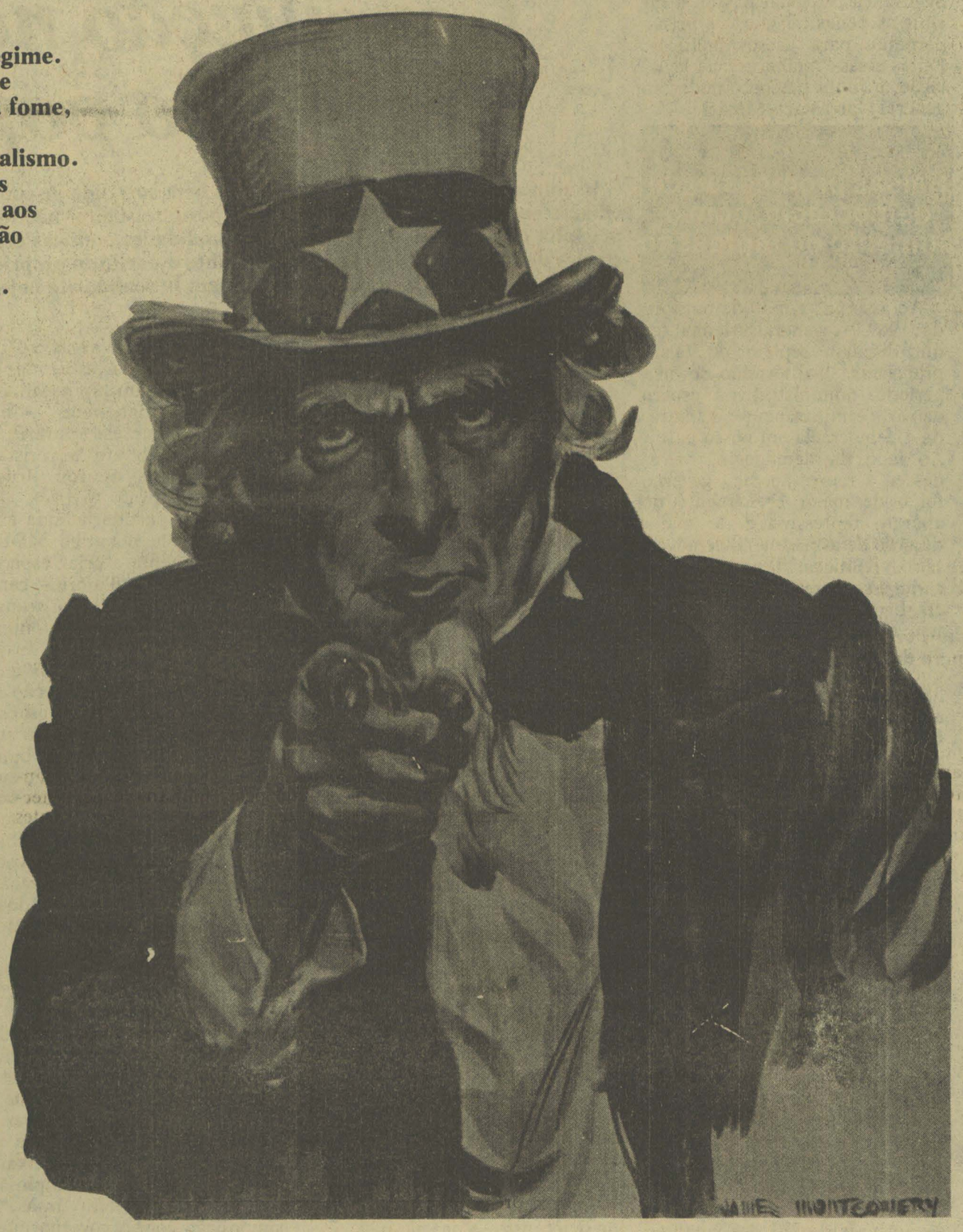
* Números referentes apenas à dívida a médio e a longo prazo

** Estimativa do Banco Central

*** Projeções segundo o plano do FMI

# *A dívida que aumenta sozinha*

**Esta talvez seja a página mais repugnante das memórias do regime. Seguramente é a mais repleta de cadáveres, vítimas anônimas da fome, da mortalidade infantil, do desemprego, no altar do imperialismo. É a história de como os generais venderam a soberania nacional aos banqueiros e entregaram a gestão da nossa economia às mãos do Fundo Monetário Internacional.**




Quando os generais tomaram o poder, a dívida já era um velho problema. O Brasil sempre deveu. Após o Grito do Ipiranga, para que reconhecessem a "independência", teve de arcar com as dívidas de Portugal junto à poderosa casa bancária dos Rotschild, à qual devemos até hoje.

O crime da ditadura não foi criar a dívida. Foi reduzir o Brasil a escravo dela, a mando dos banqueiros internacionais, principalmente americanos. Em 20 anos, nosso endividamento cresceu 32 vezes e o que pagamos por ele multiplicou-se por 52 (**veja a tabela acima**). Embora estes números não descontem a desvalorização do dólar americano, em torno de 6% ao ano no período, dão uma idéia de como o problema cresceu. E tornam-se ainda mais gritantes se considerarmos a dívida a curto prazo, para pagar em até 12 meses. Em 1970 ela era desprezível — menos de 100 milhões de dólares. Em 1983 chegou a mais de 11 bilhões de dólares!

Cada trabalhador sente na carne os efeitos dessa dívida monstruosa. Ela tem culpa no cartório pela onde de desemprego e pelo arrocho salarial imposto em 1983, pelo abusivo encarecimento do pão, farinha de trigo, açúcar, combustíveis, eletricidade. Contudo é preciso retroceder no tempo para entender como o regime conduziu as coisas até este ponto.

### O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil?

Durante o governo Goulart, os banqueiros fecharam a torneira dos créditos e o FMI recusou-se a renegociar a dívida, já preparando o terreno para o golpe. Assim que Goulart caiu, a atitude mudou. O FMI liberou um crédito de 125 milhões de dólares. A Usaid, ligada ao governo dos EUA, forneceu mais 50 milhões. Em 1º de julho de 1964, os bancos europeus aceitaram reescalonar a dívida brasileira. Sabiam que o novo governo estava na mão de gente sua, como os ministros Roberto Campos, Gouveia de Bulhões e Juracy Magalhães — este último autor da frase tristemente famosa: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil".

A partir daí, o capital financeiro internacional partiu para a recolonização do país. E a dívida revelou ser seu mais eficaz instrumento.

Numa primeira etapa, ainda nos anos 60, os imperialistas usaram a tática da "ajuda desinteressada". Veja a tabela: os juros não passavam da casa dos 100 milhões de dólares por ano. Os créditos, na época, vinham na maioria de agências governamentais e órgãos do tipo BID e BIRD, com prazos longos e juros baixos. O objetivo era contribuir para a consolidação da ditadura; mas também viciar o Brasil no consumo de empréstimos — exatamente como um traficante de tóxicos faz com sua vítima.

A segunda etapa corresponde aos anos 70. A dívida sobe desenfreadamente: 20% em 1970, 25% em 1971, 43% em 1972. Os números da tabela não deixam dúvida: o Brasil está irremediavelmente viciado. O custo da dívida — amortizações e juros — também sobe com rapidez. Porém nessa fase o que mais pesa são as amortizações — ou prestações. Os juros, que são o lucro do banqueiro, sobem rápido, todavia ainda em segundo lugar.

Como a ditadura arrumou tanto dinheiro? Com novas dívidas. Observe a tabela: na década de 70, os dólares que entram a cada ano cobrem com folga os que saem. A aparente generosidade dos banqueiros tem seus motivos. Nessa fase, há fartura de recursos financeiros no mercado mundial — os chamados **eurodólares** e a seguir também os **petrodólares,** que os bancos aplicam ali, onde o lucro é mais polpudo: Brasil, México, Argentina, Chile, Zaire, Indonésia, Coréia do Sul, Polônia, Iugoslávia, Romênia e outros países dependentes e dominados por regimes impatrióticos.

### Em setembro de 82 a hemorragia chegou num ponto crítico

Ninguém pense que foi mau negócio para os banqueiros. Nessa segunda fase, ocorrem mudanças as quais seriam decisivas para o sufoco atual. Uma delas é que os empréstimos dos governos e dos órgãos internacionais, com prazos longos e juros baixos, cedem lugar aos empréstimos de bancos particulares. Em 1969, estes últimos são 36% do total; em 1974, 65%; em 1980, chegam perto de 80%. Os banqueiros privados cobram juros maiores.

Mas o pior é que a partir de 1971 os juros se tornam também **flutuantes.** Imagine que você compra um fogão a crédito, em 15 prestações de Cr$ 24 mil. As prestações incluem os juros, que são exorbitantes, contudo fixos. Você sabe quanto tem de pagar a cada mês. Já no sistema de juros flutuantes, que hoje compreende 80% da dívida brasileira, o valor da prestação varia segundo a taxa de juros. E quem fixa esta taxa são os mesmos banqueiros que fizeram o empréstimo! O fato é que a *prime rate* — taxa de juros dos EUA — passou de 5,3% ao ano em 1971 para 7,3% em 1975, 11,8% em 1978, até o recorde de 21,5% em 1980. Depois voltou aos 11%, em 1983. No entanto em março passado voltou a subir 0,5% — o que por si só significa uma sangria nas contas brasileiras da ordem de 400 milhões de dólares, ou 1.600 vezes a renda do Maracanã lotado. É certo que parte dessas flutuações foi para cobrir mudanças na inflação americana. Mas é igualmente fato que a taxa real de juros se elevou de maneira brutal.

Era fatal que essa segunda fase cedesse lugar a uma terceira, a do sufoco. Logo no início dos anos 80, o fluxo da dívida inverteu-se bruscamente: o país passou a pagar mais do que recebia dos credores. A tabela mostra como esse buraco entre o que entrou e o que saiu foi crescendo como uma bola de neve: em 1980, 400 milhões de dólares; em 1981, 1,4 bilhão; em 1982, 6,9 bilhões; no ano passado, 9,3 bilhões!

Em setembro de 1982, a hemorragia de dólares chegou num ponto crítico. O dinheiro que entrara nos anos 70 não existia mais — fora aplicado pelas multinacionais e sobretudo pelas estatais nos anos do "milagre econômico", e em grande parte esbanjado nos projetos faraônicos dos generais. O sistema de fazer dívidas para pagar dívidas não funcionava mais. Os banqueiros não soltavam dinheiro fácil, após os problemas nos pagamentos de países endividados, como a Polônia, a Argentina e o México.

A solução do governo foi entregar a gestão e o saqueio da massa falida aos cuidados do FMI — cuja política já vinha sendo aplicada **de fato** desde 1981. A decisão de solicitar formalmente a interferência do Fundo foi tomada em setembro de 1982, entretanto permaneceu secreta até 15 de novembro para não afundar ainda mais o PDS nas eleições. Logo a seguir, o país ficou sabendo daquilo que desconfiava há tempos, embora Delfim Netto e Ernane Galvêas jurassem de pés juntos que não iríamos ao Fundo.

Começou então uma fase de domínio estrangeiro tão pesado, como o Brasil nunca conhecera desde 7 de setembro de 1822.

### "Esse acordo contém grave ofensa à soberania nacional"

Basta ver que em agosto último o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, apreciando o chamado "Acordo 2" sobre a dívida, resolveu "denunciar à nação que esse Acordo, firmado com credores estrangeiros, contém grave ofensa à soberania nacional, expressamente renunciada no seu texto mediante cláusulas que submetem sua execução à legislação de um Estado norte-americano, sem que o Brasil possa invocar, a qualquer pretexto, suas prerrogativas de país independente".

O FMI estabeleceu uma rigorosa tutela da política econômica brasileira. Missões de funcionários do Fundo sucedem-se sem parar (em março foi-se uma, em abril vem outra), instalam-se no Palácio do Planalto como em sua casa, vasculham as contas e dizem o que deve ser feito. O governo Figueiredo elabora então "memorandos de entendimentos" e "cartas de intenções", fixando as medidas e metas da economia, trimestre por trimestre. As metas nunca são alcançadas, e os imperialistas não se importam, já sabem que são mentirosas. O que interessa são as medidas.

E as medidas ditadas pelo FMI estão atingindo outras metas, não escritas mas, estas sim, de alto interesse para o capital financeiro internacional. Por exemplo, o sucateamento de boa parte do parque industrial brasileiro, principalmente na área de máquinas e equipamentos. E a regressão de toda a economia à condição de exportadora de produtos baratos, produzidos por trabalhadores mortos de fome.

## *Multiplicação de dólares é milagre ou é pecado?*

Analisemos ainda uma vez a tabela. Se somarmos tudo que os banqueiros emprestaram, de 1964 a 1984, e tudo que o Brasil pagou pela dívida, teremos o seguinte problema aritmético: devíamos 2,527 bilhões, pegamos emprestado 131,9968 bilhões, mas pagamos 133,073 bilhões. Quanto devemos? 2,527 + 131,968 - - 133,073 = 1,422.

Quer dizer: ao fim do ano, deveríamos 1,422 bilhão de dólares, menos que as exportações brasileiras num único mês. Mas a aritmética dos banqueiros é diferente. Ela inclui os **juros,** que parecem conceder ao dinheiro emprestado o dom fantástico de se multiplicar com a passagem do tempo. E mais ainda quando são juros flutuantes, como já vimos.

**CÍRCULO VICIOSO**

São os juros que explicam esta constatação absurda: **nos últimos 20 anos o Brasil pagou mais do que recebeu pela dívida externa e, no entanto, está devendo 32 vezes mais.**

O milagre da multiplicação dos dólares é apenas aparente. Como todo capital, o dinheiro emprestado a juros — a taxa de lucro dos banqueiros — só se reproduz através do trabalho, no caso o trabalho duro e mal pago dos operários, assalariados agrícolas e camponeses. O processo pelo qual se dá a multiplicação, hoje, é uma instituição considerada inatacável e até meritória. No

No entanto nem sempre foi assim. O empréstimo a juros, como o capitalismo no seu conjunto, é um fenômeno histórico, que nasceu, cresceu, envelheceu e está destinado a morrer. No passado, emprestar dinheiro a juros — ou praticar usura, como se dizia — era um ato condenável, um pecado e até um crime. Aristóteles, o famoso sábio da Antigüidade, dizia que "de todas as formas de enriquecer esta é a mais contrária à natureza".

No feudalismo, a Igreja, na época todo-poderosa, condenava quem emprestasse a juros ao fogo dos infernos. Seu lema era **"Pecunia pecuniam non parit"**, ou seja, "Dinheiro não gera dinheiro". Uma lei inglesa da época rezava: "Sendo a usura pela palavra de Deus estritamente proibida, como vício dos mais odiosos e detestáveis, fica determinado que nenhuma pessoa ou pessoas emprestem, dêem, entreguem ou passem qualquer soma ou somas de dinheiro para qualquer forma de usura, aumento, lucro, ganho ou juro a ser tido, recebido ou esperado, acima da soma ou somas dessa forma emprestadas, sob pena de confisco e de prisão".

Passaram-se alguns séculos e os empréstimos a juros se impuseram definitivamente, junto com o capitalismo. Hoje a usura é piedosamente praticada pelos banqueiros, sem nenhum constrangimento nem medo do fogo eterno. O próprio Vaticano é acionista majoritário do Banco Ambrosiano, que cobra juros como qualquer outro.

Em certos casos, contudo, a história moderna tem registrado exemplos de países que simplesmente se recusaram a pagar suas dívidas, invocando razões de soberania. Mesmo os Estados Unidos fizeram assim logo após a Independência, em 1776. A União Soviética, imediatamente depois da Revolução de Outubro de 1917, suspendeu o pagamento da dívida junto à maioria dos seus credores. A China fez o mesmo depois da Revolução de 1949. E a Inglaterra, entre 1940 e 1945, durante a guerra, congelou, sem pagar juros, os saldos comerciais de todos os países com os quais comerciava, num monumental "calote" que vitimou inclusive o Brasil.

Os bancos internacionais formam um gigantesco conjunto, interligados por associações, negócios em comum e uma infinidade de outros vínculos. A dívida dos países dependentes, fonte dos mais polpudos lucros dos banqueiros, sobe a perto de 740 bilhões de dólares. Basta um só dos países altamente endividados dar o "Grito de Independência da Dívida" para pôr em perigo todo o edifício do endividamento mundial, tanto pelo poder do exemplo, como pelo curto-circuito que provocaria no sistema financeiro internacional.

*Aristóteles: preocupado com usura*

Os vinte anos que arruinaram o país

# Governos repudiados pelo povo

**Em que pese sua longa permanência no poder, nunca o regime militar conquistou o apoio do povo brasileiro. Pelo contrário, os sucessivos generais no poder buscaram de diferentes formas a simpatia da população, mas sua verdadeira face de inimigos da liberdade e do progresso social só lhes granjeou o repúdio dos brasileiros.**

Para a nomeação do marechal Castello Branco como presidente da República, após o golpe de 1º de Abril, foi montada uma farsa eleitoral no Congresso. Castello foi "eleito" no dia 11 de abril, depois de o Congresso ter sido mutilado por várias cassações de parlamentares. Os golpistas forjaram algumas manifestações nas ruas em apoio ao novo chefe de governo. Contudo a existência de 378 cassações, demissão de 10 mil funcionários públicos e instauração de inquéritos militares contra 50 mil pessoas só em 1964, dão uma amostra de que Castello Branco não conseguiu respaldo popular.

O ditador prorrogou seu mandato — previsto para um ano — para 15 de março de 1967. Durante sua gestão ocorreram eleições para governadores de alguns Estados, e a oposição venceu em Minas Gerais e Guanabara. Desde sua posse, Castello Branco prometia que, logo, o governo seria entregue a civis, mas, na verdade, em 1967, ele passou a chefia do regime militar a seu colega de farda Arthur da Costa e Silva. Aliás, sua sucessão já se deu debaixo de uma disputa de diferentes grupos militares pela Presidência.

O Congresso Nacional teve também que referenciar o nome de Costa e Silva para presidente. Na data da "eleição", 3 de outubro de 1966, o MDB retirou-se do plenário para não "coonestar uma farsa". O novo chefe de governo assumiu em 15 de março de 1967, dia em que começou a vigorar uma nova Constituição, imposta por Castello, e que o MDB não subescreveu, pois representava a "institucionalização da ditadura". A nova Carta consagrava o foro militar para julgar oposicionistas civis, a eleição indireta para presidente da República, ampliava as possibilidades de intervenção federal nos Estados. No seu rastro viriam a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional. E na gestão de Costa e Silva os militares ainda suprimiram a eleição dos prefeitos nas capitais, nos municípios considerados área de segurança nacional e nas estâncias hidrominerais.

O que mais notabilizou o governo Costa e Silva foi o AI-5, um dispositivo jurídico que dava poderes absolutos ao presidente da República — na verdade, um novo golpe dentro do golpe militar, que visava a fazer frente ao movimento oposicionista que se ampliava e radicalizava. Após o AI-5, Costa e Silva tentou fazer uma "reforma constitucional" objetivando alcançar alguma base de apoio político. Entretanto acabou não concretizando essa manobra. Em agosto de 1969 adoeceu foi substituído no poder pela Junta Militar e morreu, em circunstâncias até hoje misteriosas.

*Médici: demagogia e repressão*

A Junta — integrada pelos ministros Lyra Tavares, do Exército; Souza e Mello, da Aeronáutica; e Augusto Rademaker, da Marinha — assumiu no dia 31 de agosto de 1969, alegando "imperativo de Segurança Nacional". Foram esses militares que outorgaram, em 17 de outubro, a Constituição que vigora até hoje. Ela incorporava o AI-5, a título de "disposição transitória", e punha fim às imunidades parlamentares. Além disto, a Lei de Segurança Nacional passou a incluir as penas de morte e prisão perpétua para presos políticos. Feitas essas "melhoras" na legislação, a Junta passou o poder ao general Garrastazu Médici.

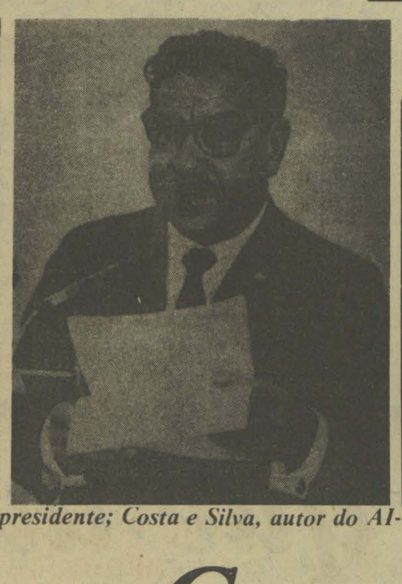


Foto Octales Gonzales/JB

*Castello Branco, o primeiro general-presidente; Costa e Silva, autor do AI-5; a Junta Militar que assumiu a chefia do governo em 1969*

## Falsas promessas de democracia, com o aumento de repressão

Ao assumir, em 30 de outubro de 1969, o general Médici fez um discurso repleto de falsas promessas: "Ao término do meu período administrativo, espero deixar definitivamente instaurada a democracia em nosso país". Ao lado da demagogia, recrudesceu a repressão. Seu governo foi o de maior crescimento do aparato repressivo e de maior número de assassinatos de adversários políticos. Tentando mascarar essa dura realidade, Médici afirmou que "todo brasileiro tem o direito de fazer oposição ao governo. Não serei hostil aos que de mim discordarem". Proliferaram frases como "Brasil, ame-o ou deixe-o", "Pra frente, Brasil", fotos de Médici etc. Foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização e instituído nas escolas o ensino de Moral e Civismo. Mesmo assim, o enfrentamento do regime continuou e, entre uma propaganda governamental e outra, os fuzis eram disparados contra oposicionistas.

Em março de 1974, foi a vez do general Ernesto Geisel colocar a faixa presidencial. As prisões políticas estavam repletas; o povo, insatisfeito. Médici havia afirmado: "A economia vai bem, o povo vai mal". Geisel prometeu, então, a "distensão lenta, segura e gradual". No entanto o que de fato fez foi fechar o Congresso, em abril de 1977, mutilar novamente a Constituição, mudando o critério para a aprovação de suas emendas no senado — ao invés de 2/3 dos votantes, passou para maioria simples —, e criando os senadores biônicos", que até hoje gozam desse mandato presenteado pelo regime. Em 1978, Geisel escolheu para sucessor o chefe do SNI, general João Baptista Figueiredo. Foi o único general a fazer seu sucessor. Antes disso, pôs fim ao Ato-5, substituindo-o na Constituição pelas "medidas de salvaguarda do Estado".

O general Figueiredo assumiu em 15 de março de 1979, renovando velhas promessas: "Juro fazer deste país uma democracia". Um grande aparato publicitário foi montado para tornar sua figura popular. Trocou os óculos escuros por outros, claros. Fez-se fotografar praticando esportes. Porém o conteúdo antinacional, antidemocrático e antipopular do regime se aprofundou, não permitindo que a "nova imagem" do chefe de governo se consolidasse. Figueiredo também atrapalhou sua assessoria de propaganda com frases desastrosas: disse que a Anistia era "carta fora do baralho" e confessou preferir "o cheiro de cavalo ao cheiro de povo".



*Geisel: prometeu a "distensão", mas baixou o Pacote de Abril*

## Candidatos do regime não têm chance em eleições diretas

Foi no governo Figueiredo que o general Golbery do Couto e Silva revelou que o regime, para se perpetuar no poder, deveria fazer a "pronta desarticulação do sistema oposicionista". Figueiredo extinguiu o MDB e estimulou a formação de vários partidos de oposição, mantendo ao mesmo tempo a organização partidária sob rígido controle. Adiou de 1980 para 1982 as eleições municipais, fazendo-as coincidir com as eleições estaduais e para o Congresso Nacional, e obrigou a vinculação total dos votos. Figueiredo empenhou-se pessoalmente na campanha do PDS e autorizou seu partido a cometer "tantos pecados" quantos fossem necessários para derrotar a oposição. Todavia perdeu fragorosamente: a oposição teve 7 milhões de votos a mais que o PDS.



Foto Luis Humberto

*Figueiredo: prefere as estrebarias*

No presente, vive-se uma nova crise política do governo militar. Mais isolados do que nunca e cientes de que seus candidatos não terão sucesso em eleições diretas, os militares querem manter o Colégio Eleitoral para a escolha do sucessor de Figueiredo. Mas as próprias hostes governistas não atinam sobre qual o melhor casuísmo para enfrentar o crescimento avassalador da campanha **pelas diretas já**. Esta é, porém, uma página da história que ainda está sendo escrita.

# Conciliação não tem respaldo popular

**Se nunca houve uma única experiência bem sucedida de conciliação entre o regime dos militares e o povo brasileiro, não foi por falta de tentativas. Numerosas personalidades políticas das classes dominantes buscaram esse caminho, a partir do próprio 1º de abril de 1964. E há as que continuam buscando até hoje. Mas nunca deu certo.**

Momentos após o presidente João Goulart ser deposto, um grupo de parlamentares, representando o Congresso Nacional, foi até o "Comando Revolucionário" (general Costa e Silva, tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e vice-almirante Augusto Rademaker) propor um governo de composição em que os membros do "Comando" seriam ministros do Exército, Aeronáutica e Marinha. Os golpistas rechaçaram a proposta, alegando que seu poder "quem legitimará é o Congresso, não o contrário".

Desde então, um sem-número de iniciativas conciliatórias foram tomadas: durante o próprio governo Castello Branco; na fase inicial da gestão Costa e Silva, bruscamente interrompida pelo Ato-5; e em especial no período Geisel e Figueiredo. Em 1974, quando o eleitorado farto da ditadura voltou-se em massa para o voto na oposição, houve na cúpula do MDB quem creditasse a vitória oposicionista... "à política de distensão do presidente Geisel!" Mais adiante, os adeptos da conciliação cifraram também grandes esperanças na chamada "missão Portela", que buscava um entendimento entre governo e oposição. Nada se conseguiu.

**TENTATIVA DE EMERGÊNCIA**

Em 1981, logo após o atentado do Riocentro (veja na pág. 7), houve outra tentativa conciliatória, em regime de urgência, dada a situação extremamente tensa que o país vivia. Os presidentes do PDS, José Sarney; PMDB, Ulysses Guimarães; PDT, Leonel Brizola; PTB, Ivete Vargas, e PT, Luís Inácio Lula da Silva, reuniram-se e decidiram hipotecar solidariedade a Figueiredo — na esperança de que ele apuraria a verdade sobre o ato terrorista. Figueiredo nada apurou, frustrando a iniciativa.

A reforma partidária, que extinguiu à força o antigo MDB, visava justamente a criar espaço para partidos conciliatórios, centristas, que impedissem a transformação de cada eleição num plebiscito contra o regime. E de fato formou-se um partido que poderia cumprir essa função e que dispunha de considerável cacife eleitoral: o PP do então senador Tancredo Neves e do banqueiro Olavo Setúbal. O PP, entretanto, teve vida curta. Em novembro de 1981, um "pacote" eleitoral casuístico, que proibia as coligações e impunha o voto vinculado, forçou a incorporação do PP ao PMDB, fortalecendo a mais expressiva agremiação oposicionista.

O PTB de Ivete Vargas, que recebeu a cobiçada legenda como presente do general Golbery, tentou fazer o jogo não tanto da conciliação, mas da adesão ao esquema governista. Seu peso eleitoral, contudo, revelou-se inexpressivo. E o namoro com o Palácio do Planalto roubou o que lhe restava de força, deixando-o a um passo da implosão após a morte de Ivete Vargas. A composição com o governo mostrou ser um mau negócio.

**EM AÇÃO OS GOVERNADORES**

Entre os governadores eleitos pela oposição no pleito de 1982, não faltaram da mesma forma gastos de busca de um entendimento com o governo federal. Dias após tomar posse, Tancredo Neves pregava: "União nacional, diálogo, entendimento, conciliação, trégua são nomes de um estado de espírito que está se formando na comunidade nacional, ávida de segurança, temerosa em face dos acontecimentos, aflita e angustiada na ausência de perspectivas ensolaradas". E passou a defender um "candidato de consenso" a ser sufragado por situacionistas e oposicionistas, no Colégio Eleitoral biônico, para suceder Figueiredo na Presidência.

Esta tese também não vingou. E mesmo o governador mineiro, sob o impacto da campanha pródiretas, admite que "a oportunidade do consenso já passou há muito". Embora ressalve que "em política tudo é possível".

Ainda Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro, depois de insistentes elogios a Figueiredo, propôs a extensão do mandato deste até 1987 (o "mandato-tampão"). E insinuou que assim o partido do governo "teria melhores chances de vencer as eleições, porque se sabe que o campo oposicionista se apresentaria com vários candidatos". Contudo, depois de meia dúzia de desaforos do Planalto, Brizola igualmente emitiu sinais de esfriamento dessa boa vontade conciliatória.

Todas essas tentativas possuem uma base social, de classe — os setores das classes dominantes que temem uma virada radical no quadro político.

Ninguém espera, portanto, que elas cessem. Mas seu fracasso repetido ao longo destes 20 anos mostra que a realidade do regime militar lhes é adversa. As contradições sociais e políticas, aguçadas ao extremo, deixam muito pouco espaço para os que pretendem apaziguar as forças em luta.

# As mais variadas formas de luta contra a ditadura

Desde os primeiros momentos, a resistência dos trabalhadores e democratas aos generais golpistas se fez presente. No próprio dia 1º de abril, os trens da Leopoldina e Central do Brasil, no Rio, não funcionaram devido à greve dos ferroviários. Estudantes ocuparam a Faculdade de Filosofia do Rio, o Centro Acadêmico da Faculdade de Direito e o prédio da UNE — de onde foram desalojados à força pelos fascistas, que incendiaram a sede da entidade. Manifestações se realizaram em frente ao Clube Militar e Ministério da Guerra. Tiros foram disparados contra a multidão. Mas a direção reformista do movimento popular à época e a confiança num anunciado "dispositivo militar" do presidente João Goulart deixaram, no fundamental, as massas desarmadas para enfrentar o golpe.

Desde então, a luta democrática assumiu diferentes formas. Greves com ocupação de fábricas (como em Osasco e Contagem, 1968), passeatas e manifestações estudantis (como a Passeata dos 100 mil, também em 1968), enfrentamentos de rua contra os gendarmes do regime, resistência cultural, grupos de guerrilha urbana e a luta guerrilheira do Araguaia — ponto alto da resistência antifascista, que durou três anos — registraram o inconformismo de nosso povo com o regime imperante. Os trabalhadores desenvolveram dentro dos sindicatos a luta contra os interventores ministeriais e os pelegos, luta que ainda hoje se mantém, ganha amplitude e profundidade. No campo, mais de mil entidades sindicais foram criadas por assalariados e pequenos proprietários rurais nos últimos 20 anos, não obstante os inúmeros assassinatos de líderes camponeses perpetrados pelos latifundiários e pelos agentes do governo.

Campanhas como a da Anistia, que chegou a realizar manifestações com 20 mil pessoas no Rio de Janeiro, e agora a das eleições diretas, empolgaram e empolgam a população, que realiza abaixo-assinados e manifestações exigindo o fim do arbítrio. O povo também utilizou o voto, de maneiras diferenciadas, em repúdio a seus algozes. Votou na oposição primeiramente, depois — diante das cassações e da falta de liberdade de propaganda eleitoral — invalidou os votos. Nas eleições de 1974, o governo militar cedeu o rádio e a televisão para a pregação eleitoral, e bastou este mínimo espaço democrático para uma verdadeira avalanche de votos oposicionistas desabar sobre o regime. Acuados, nas eleições seguintes os generais voltaram a impedir os discursos dos candidatos nos grandes meios de comunicação de massa. Mas outros espaços foram conquistados, e o voto continuou sendo um importante meio de impingir derrotas ao governo e a seu partido. Em 1982, importantes vitórias eleitorais foram obtidas pela oposição, que passou a governar os Estados mais populosos.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

# Finalistas na taça da corrupção

**O balanço dos episódios de corrupção envolvendo o regime dos generais e seus apaniguados é tão vasto que a simples relação dos escândalos destes 20 anos exigiria dimensões semelhantes às de uma lista telefônica. Na impossibilidade de produzí-la, escolhemos, a título de exemplo, a trajetória de duas figuras do regime, bem conhecidas dos brasileiros. Hoje elas se notabilizam como "presidenciáveis", candidatos a candidatos à sucessão de Figueiredo. Porém nos últimos anos elas já eram célebres pela quantidade inaudita de denúncias de corrupção que acumularam sobre suas pessoas, o que deixa o país pensativo sobre os rumos que tomariam caso conseguissem passar a mão na Presidência da República.**

## *Andreazza: o gastador do dinheiro dos outros*

"A respeito de Andreazza se prova o que se diz de Maluf" — esta frase do general Golbery é uma acusação que, partindo de quem parte, ganha relevo neste momento em que pululam acusações contra o ministro do Interior e candidato preferido do general Figueiredo para sua sucessão.

O "Andreazza é um 'tocador de obras' ", disse também Golbery. Ele "inaugura na ida e na volta", já havia dito o humorista Stanislau Ponte Preta. Ele foi responsável pelas duas obras mais características do regime dos generais: a Transamazônica, uma estrada que custou 1 bilhão de dólares e vai do Nordeste para o vazio econômico da Amazônia; e a ponte Rio-Niterói, que custou 1,5 bilhão de dólares e não consegue ser a melhor ligação entre as duas cidades.

Andreazza tem fama de administrador pouco interessado em despesas. Em 1980, Paulo Maluf queria mudar a capital de São Paulo para o interior, e Andreazza disse que o projeto era "aconselhável e interessante". E hoje, em campanha pela Presidência da República, propõe uma "transamazônica fluvial": desviar o curso do rio São Francisco para perenizar muitos rios nordestinos e irrigar o sertão. O Brasilinvest (organização testa-de-ferro de investimentos estrangeiros no país) e o Midland Bank, da Inglaterra, já ofereceram 2 bilhões de dólares para ela.

As acusações de corrupção ou irregularidades envolvendo Mário Andreazza — ou de pessoas ou órgãos que foram subordinados a ele — são tão freqüentes quanto antigas. A ponte Rio-Niterói, por exemplo, foi iniciada em 1968 e concluída, depois de muitas atribulações, em 1974. Para terminar a ponte ainda no governo Médici, o ritmo das obras foi acelerado, e admite-se

*O "lixo" do ministro*

oficialmente que 33 operários morreram na construção.

Em 1979, o deputado gaúcho Porfírio Peixoto, do então MDB, acusou Andreazza e Eliseu Resende de estarem envolvidos em negociatas na contratação de seguros da Rio-Niterói e dos equipamentos existentes no canteiro de obras. Uma das seguradoras era a Boa Vista, da qual Andreazza, depois que deixou o governo, em 1974, foi vice-presidente.

### "Engulo moscas, mas não camelos", disse o ministro do TCU

Em 1977, o ministro Wagner Estelita Campos, do Tribunal de Contas da União, apontou uma série de irregularidades nas contas do DNER referentes ao período 72/75: contrato publicitário com a Mauro Salles, sem licitação; programação de obras sem cobertura financeira; aumentos de custos de obras em até 600% após a vigência do contrato. Na ocasião Estelita foi enfático: "Engulo moscas, mas não camelos. Um conglomerado de irregularidades desse porte não me passa pela garganta".

Recentemente, o deputado cearense Fernando Motta, do PDS, acusou Andreazza de ter instalado no Nordeste, desde 1979, um "novo método de corrupção administrativa, envolvendo bilhões de cruzeiros". Ele referia-se à barragem do Açu, no Rio Grande do Norte, construída pela Andrade Gutierrez, e que desabou. O prejuízo com essa obra — que foi por água abaixo, literalmente — foi de Cr$ 40 bilhões! Os recursos foram desviados de outras obras, inclusive 300 poços públicos que deviam ser construídos no Nordeste. Depois do desabamento, foi contratada uma empresa para o reprojetamento da barragem sem concorrência, e a um preço 52% mais alto que os vigentes no mercado. Um dos encarregados de apurar a causa do desmoronamento havia sido um dos projetistas da barragem — isto é, faria a perícia numa obra que ele mesmo construiu.

Outra acusação partiu do deputado Domingos Leoneli (PMDB/BA): por decisão do ministro foram adquiridas 800 casas em 1980 por Cr$ 80 milhões (valores da época) para os desabrigados de uma enchente na Bahia. As casas foram adquiridas sem concorrência, de uma firma gaúcha pertencente a familiares de Mário Andreazza.

### No caso Delfin, um imóvel de 9 bilhões por uma dívida de 70

Na abertura da atual temporada de "caça ao presidente", Andreazza foi um dos primeiros a ser atingido pela artilharia pesada dos adversários. No final de 1982, foi divulgada a falcatrua envolvendo a Caderneta de Poupança Delfin e o BNH: a Delfin devia Cr$ 70 bilhões ao BNH, uma dívida antiga. O banco ia quitá-la em troca de alguns terrenos em São Paulo que, embora valessem apenas Cr$ 9 bilhões, foram aceitos pelo BNH por Cr$ 60,8 bilhões — proposta que, segundo a denúncia, partiu do próprio Andreazza e dos ministros Ernane Galvêas e Delfim Netto.

O uso da máquina do Estado para promover sua candidatura é outra acusação feita ao ministro. O caso mais escandaloso foi o rompimento de um convênio entre o DNOCS e o Estado do Ceará, pelo governador Gonzaga Motta, do PDS. O motivo: Gonzaga Motta apóia Aureliano Chaves. Por isso, Andreazza tentou evitar que a verba de Cr$ 1 bilhão para abrir poços artesianos em Fortaleza fossem controladas pelo governador...

Andreazza, coronel e especialista em informação e contra-informação, foi um dos suportes políticos do general Costa e Silva. Depois, foi um dos articuladores da candidatura de Figueiredo, em 1978. Ele deve ter em casa o mesmo "desprendimento" que demonstra no uso de verbas públicas. Em abril de 1983, um repórter da revista "Veja" examinou o lixo de vários ministros. O de Andreazza era o mais volumoso. Ali estavam 9 peixes inteiros, latas quase cheias de aspargos, cerejas, abacaxis, salsichas, feijoada; frutas; garrafas de bebidas nacionais e estrangeiras, além de cosméticos que revitalizam e dão brilho aos cabelos. Usados, certamente, para adaptar aos novos tempos a figura de um dos mais notórios responsáveis pelo golpe de 1964 e pelos desmandos cometidos desde então.

## *Paulo Maluf, "pior que Átila, o rei dos hunos"*

A Justiça de São Paulo começa a provar que são verdadeiras as coisas que se diz de Paulo Maluf. Pelo menos num caso Maluf foi pego com a boca na botija. Trata-se da utilização indevida e ilegal da Imesp — Imprensa Oficial do Estado — na promoção pessoal do ex-governador e de pessoas a ele ligadas. O juiz da 5ª Vara Criminal de São Paulo enviou ao Supremo Tribunal Federal um processo contra Maluf, Reynaldo de Barros, Afif Domingos e ex-diretores da Imesp, onde ficou provado que milhões de folhetos da propaganda eleitoral dos indiciados foram impressos ali, em 1982 — tudo por conta do governo do Estado. Os promotores afirmam que Maluf "não ignorava e não podia ignorar" sua "origem criminosa". Esse crime chama-se peculato, e a pena é de até 12 anos de cadeia.

Este poderá ser o escândalo que mais problemas dará a Maluf. Afinal, mesmo que não seja condenado, a aceitação da ação criminal poderá torná-lo inelegível e afastá-lo da disputa pela sucessão de Figueiredo.

Maluf tornou-se notório com o caso Lutfalla, onde intermediou dois empréstimos do BNDE à empresa de seu sogro, que estava à beira da falência. No segundo, o BNDE exigiu que Maluf fosse o fiador mas, espertamente, ele não concordou. Como o BNDE não fez o empréstimo, Maluf mexeu seus pauzinhos e conseguiu que o então ministro Reis Veloso determinasse que o Tesouro Nacional emprestasse o dinheiro. Em agosto de 1975, a situação da Lutfalla agravou-se e o BNDE interveio na empresa. Descobriu então a arapuca na qual havia enfiado milhões de cruzeiros: todos os bens da família Lutfalla haviam sido transferidos para outra empresa, a Lumaver, controlada por D. Sílvia Maluf, esposa de Paulo Maluf.

### Na Paulipetro, meio bilhão de cruzeiros enterrados à toa

A desastrosa tentativa de encontrar petróleo na bacia do Paraná também deu notoriedade a Paulo Maluf. A empresa criada para isso — a Paulipetro — operou em uma região onde a Petrobrás já tentara encontrar petróleo, em 1953, e que abandonara após encontrar apenas vestígios de óleo e gás. Técnicos da Petrobrás e do IPT foram contra a operação, mas a vontade de Maluf sobrepôs-se ao bom-senso, às consciências e aos fatos. E seu custo final foi a bagatela de Cr$ 500 bilhões enterrados em poços estéreis, que não produziram petróleo nem em quantidade suficiente para compor amostras destinadas aos exames de laboratório.

Paulo Maluf é talvez a criação mais acabada do regime dos generais, seu continuador político mais "legítimo". Há quem diga que sua indicação para a Prefeitura de São Paulo foi devida à interferência da então primeira-dama do país, D. Iolanda Costa e Silva, junto ao marido, em retribuição a um diamante que lhe fora presenteado por Maluf... Como prefeito, Maluf presenteou os jogadores da Seleção Brasileira na copa de 1970 com automóveis — e recentemente foi obrigado pela Justiça a devolver aos cofres municipais a quantia gasta no presente.

Posteriormente Maluf foi secretário dos Transportes do governador Laudo Natel, e teve mais espaço para dilapidar o patrimônio público. Somente na construção da rodovia dos Imigrantes foram apontadas irregularidades em concorrências para beneficiar cinco grandes construtoras, acarretando um prejuízo de pelo menos Cr$ 1,2 bilhão.

Entre os vários processos contra Maluf que corriam na Justiça em 1979, um acusava diretores do DER por irregularidades nas obras de uma estrada de São José dos Campos a Campos do Jordão, onde o governo pagava às construtoras duas vezes pelo mesmo serviço. Também ali Maluf foi denunciado por crime de peculato.

Ainda na Secretaria dos Transportes, Maluf contratou na França a compra de 90 trens para a Fepasa, a 375 milhões de dólares. Eram os trens mais caros do mundo, e o próprio Banco Mundial alertou o governo seguinte sobre o disparate da operação. Paulo Egydio, o novo governador, renegociou a transação e conseguiu comprar 150 trens pelo mesmo preço, dos mesmos fornecedores e financiados pelos mesmos bancos.

### Cr$ 2,5 milhões por dia só em flores; e estilo fascista

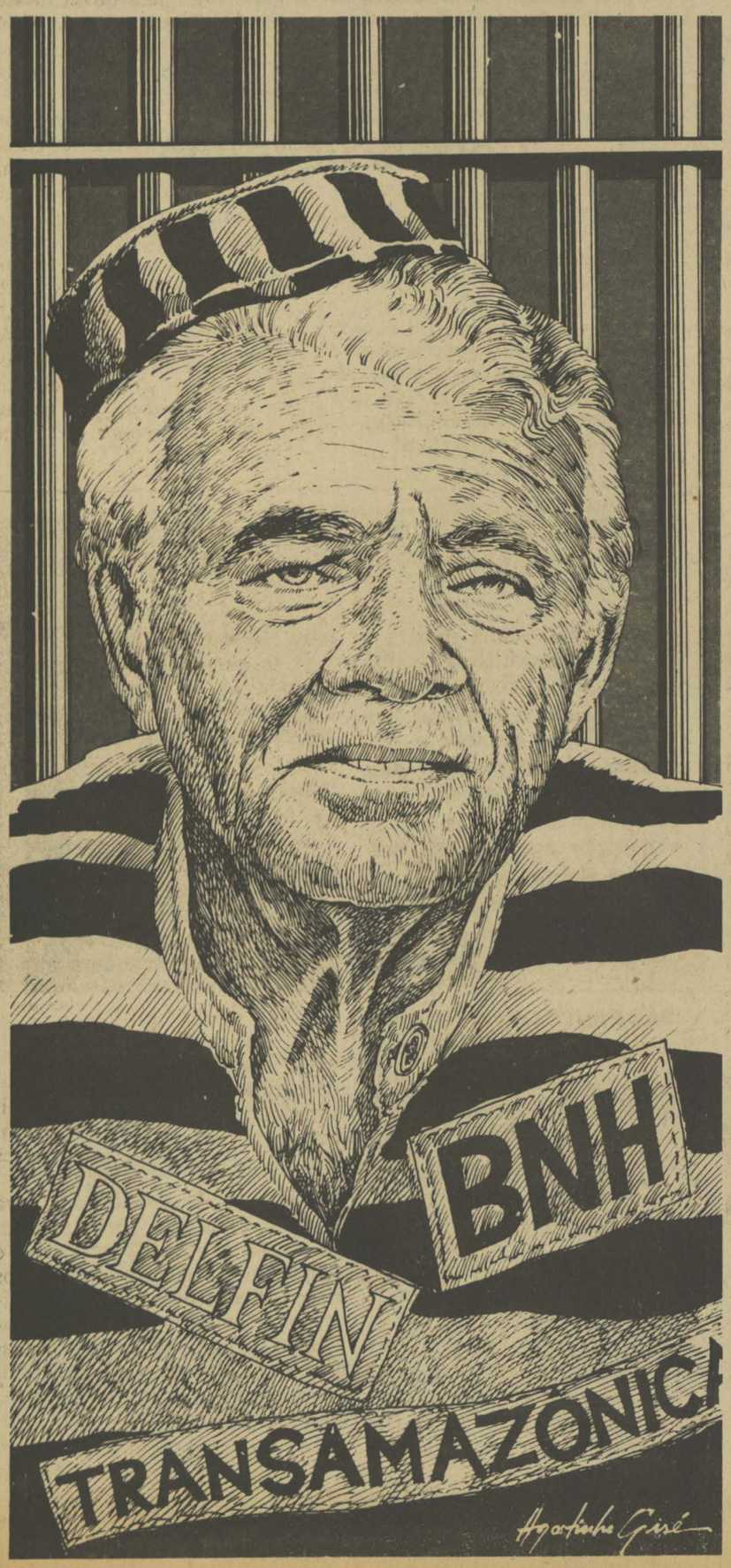
Maluf foi o último governador biônico de São Paulo. Elegeu-se em 1978, derrotando Laudo Natel. Pelo menos um delegado à Convenção do PDS que o indicou como candidato denunciou que tentaram subornálo: fora procurado por Salim Curiati, que lhe ofereceu Cr$ 50 mil (valor da época) por seu voto para Maluf.

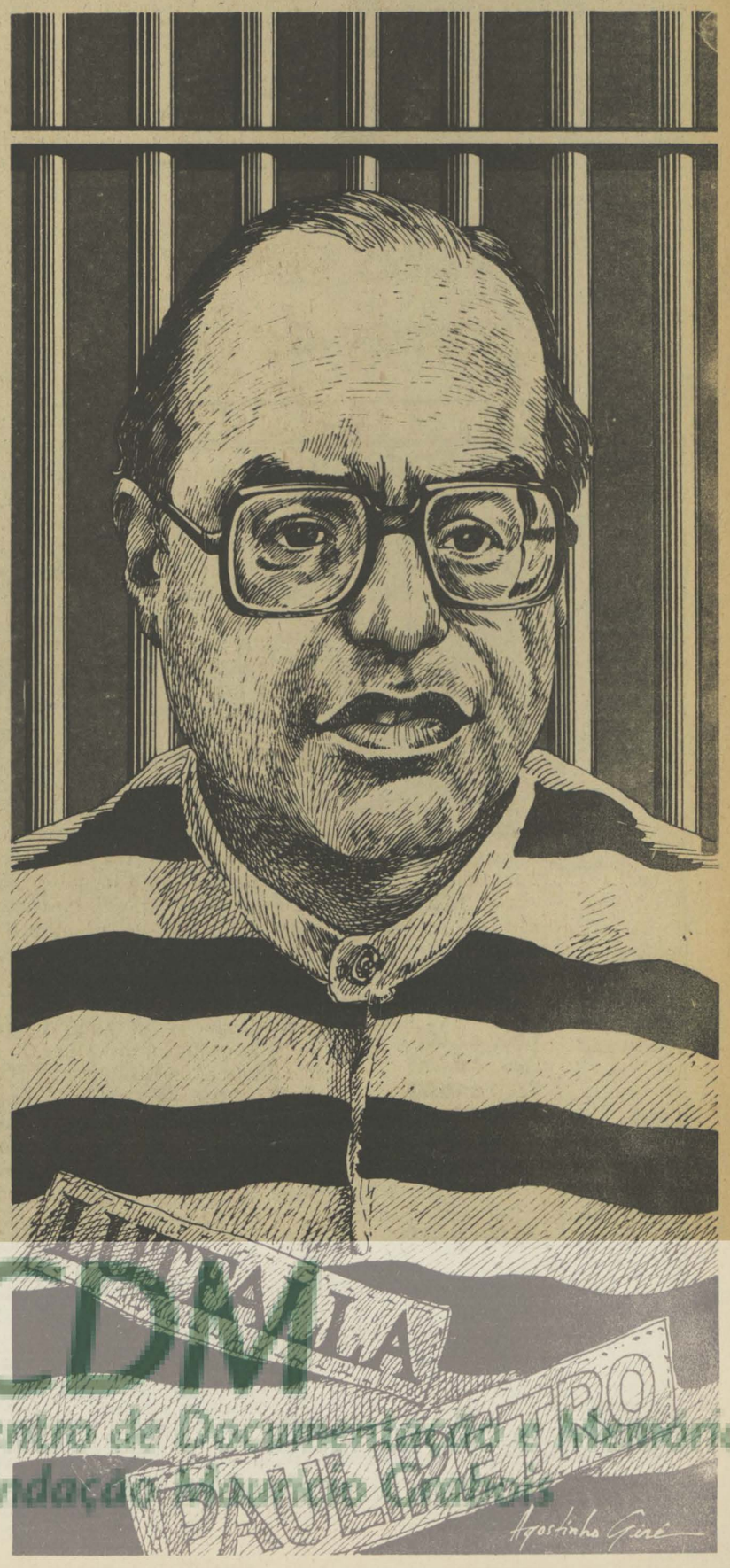
No governo de São Paulo, nosso personagem promoveu um festival jamais visto de esbanjamento, auto-promoção e favorecimento dos amigos. Só em publicidade, em três anos e meio de governo, gastou Cr$ 10,3 bilhões. O Banco do Estado foi colocado a serviço dos amigos do governador. O deputado Luiz Carlos Santos, do PMDB, apurou irregularidades que atingiam o valor de Cr$ 2 bilhões, ou 9% do capital do Banco. Os débitos jamais eram pagos: eram contabilizados como "prejuízo".

Para promover-se, Maluf doou ambulâncias a cidades de outros Estados (em 1982 foram 102 ambulâncias). Promoveu viagens ao exterior, verdadeiras caravanas pagas com o dinheiro do Estado (em 1979 levou 300 pessoas para a Itália, Arábia Saudita, Iraque, Vaticano e França, a um custo de 2,5 milhões de dólares; em 1981, levou 90 amigos aos EUA, México e Canadá, e outra comitiva de 170 pessoas ao Japão). Entre março de 1979 e junho de 1981, gastou Cr$ 40 milhões apenas com presentes, uma média de Cr$ 2,5 milhões por dia só em flores!

Contra o povo e a oposição, que protestavam contra esses métodos de governo, Maluf usou métodos fascistas de repressão. Na Freguesia do Ó, em junho de 1980, um grupo paramilitar comandado por oficiais do Serviço Secreto da PM e composto por funcionários da Prefeitura agrediu populares e parlamentares que protestavam contra o governo.

"Nem Átila e suas hordas implacáveis teriam sido tão infelizes na devastação impiedosa dos territórios ocupados como o que ocorreu na administração passada", afirmou o conselheiro Orlando Zancaner, do Tribunal de Contas do Estado, em seu relatório sobre as contas do governo Maluf-Marin relativas a 1982. Essa é uma avaliação crua e sem retoques do que ocorreu em São Paulo na administração passada, e pode ser a previsão do que o futuro reserva ao Brasil e a nosso povo. A cria do regime superará com certeza essas façanhas caso chegue à Presidência do país.




CDMA Centro de Documentação e Memória Fundação Perseu Abramo

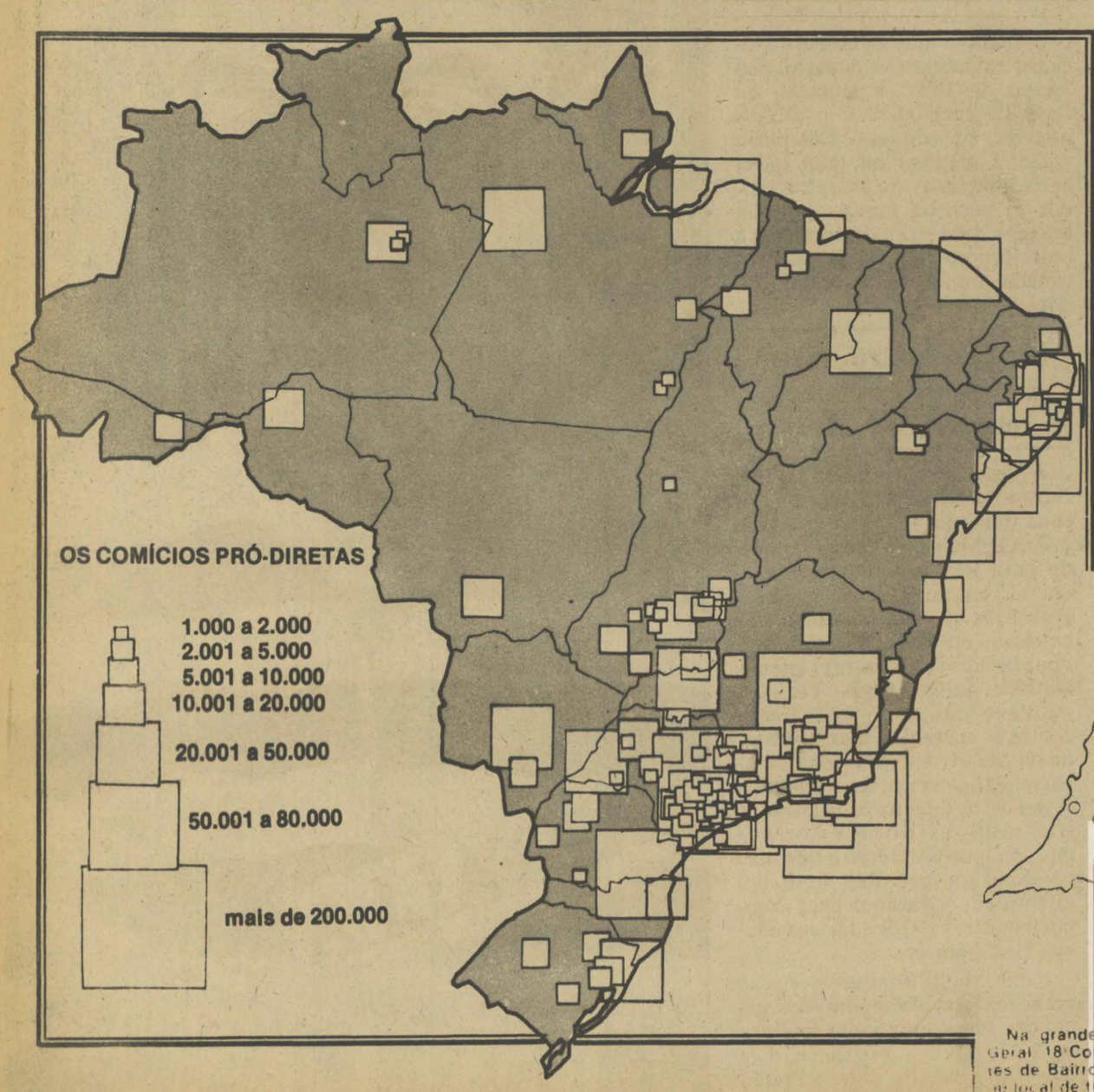
Foto: Anibal Filit

*O comício dos 400 mil na Praça da Sé, S. Paulo, deixou claro que o povo participa efetivamente na campanha; o Rio também realizou uma grande passeata, dia 21.*

# Campanha que ficará na história

## Os comícios realizados até março

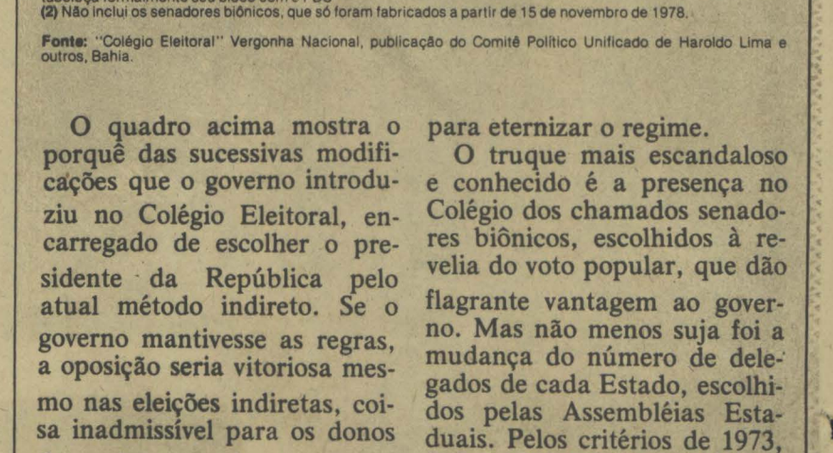
| Estado | Data | Localidade | Presentes |
|---|---|---|---|
| **São Paulo** | | | |
| | 15/1 | Araçatuba | 15.000 |
| | 18/1 | Rio Claro | 5.000 |
| | 20/1 | São Paulo | 2.000 |
| | 21/1 | São Paulo | 1.000 |
| | 24/1 | S. José dos Campos | 2.000 |
| | 25/1 | São Paulo | 400.000 |
| | 26/1 | Santos | 12.000 |
| | 29/1 | Bauru | 3.000 |
| | 29/1 | Novo Horizonte | 8.000 |
| | 05/2 | S. J. Boa Vista | 5.000 |
| | 19/2 | Osasco | 20.000 |
| | 19/2 | Itapevi | 1.000 |
| | 23/2 | São Paulo | 2.000 |
| | 24/2 | São Paulo | 4.000 |
| | 25/2 | Marília | 3.000 |
| | 25/2 | Piracicaba | 3.500 |
| | 25/2 | Jundiaí | 1.000 |
| | 25/2 | Mogi-Mirim | 2.000 |
| | 25/2 | Mogi-Guaçu | 1.000 |
| | 25/2 | Pariquera-açu | 1.000 |
| | 25/2 | Itanhaém | 3.000 |
| | 25/2 | Monguaguá | 1.000 |
| | 25/2 | Campos de Jordão | 2.500 |
| | 25/2 | Tatuí | 3.000 |
| | 25/2 | Porto Ferreira | 2.000 |
| | 25/2 | Amparo | 2.500 |
| | 25/2 | Mococa | 4.000 |
| | 25/2 | Nova Odessa | 1.000 |
| | 25/2 | Sumaré | 2.000 |
| | 25/2 | Atibaia | 1.000 |
| | 25/2 | Iepê | 1.500 |
| | 25/2 | Assis | 2.000 |
| | 17/3 | Ourinhos | 20.000 |
| | 18/3 | Pres. Prudente | 40.000 |
| | 18/3 | Taubaté | 5.000 |
| | 18/3 | S. Joaq. da Barra | 3.000 |
| | 19/3 | S.J. do Rio Preto | 10.000 |
| | 22/3 | Campinas | 20.000 |
| | 23/3 | São Bernardo | 15.000 |
| | 25/3 | Birigui | 2.000 |
| | 25/3 | Indaiatuba | 4.000 |
| | 25/3 | Ibiúna | 7.000 |
| TOTAL | | | 656.000 |
| **Minas Gerais** | 21/1 | Poços de Caldas | 3.000 |
| | 10/2 | Belo Horizonte | 1.000 |
| | 21/2 | Belo Horizonte | 3.000 |
| | 24/2 | Belo Horizonte | 300.000 |
| | 26/2 | Divinópolis | 10.000 |
| | 29/2 | Juiz de Fora | 30.000 |
| | 06/3 | Senador Firmino | 4.000 |
| | 15/3 | Ponte Nova | 4.000 |
| | 17/3 | Patos de Minas | 5.000 |
| | 17/3 | Montes Claros | 6.000 |
| | 17/3 | Nanuque | 2.000 |
| | 18/3 | Lavras | 5.000 |
| | 19/3 | Itajubá | 3.000 |
| | 23/3 | Uberlândia | 40.000 |
| | 23/3 | Alfenas | 4.000 |
| | 25/3 | Cons. Lafaiatte | 5.000 |
| | 25/3 | Curvelo | 3.000 |
| TOTAL | | | 428.000 |
| **Rio de Janeiro** | 14/1 | Rio de Janeiro | 1.000 |
| | 16/2 | Rio de Janeiro | 80.000 |
| | 18/2 | Volta Redonda | 4.000 |
| | 19/2 | Rio de Janeiro | 10.000 |
| | 16/3 | Nova Iguaçu | 2.000 |
| | 17/3 | Três Rios | 15.000 |
| | 20/3 | Niterói | 3.000 |
| | 21/3 | Rio de Janeiro | 250.000 |
| TOTAL | | | 365.000 |
| **Pará** | 16/2 | Belém | 80.000 |
| | 22/2 | Santarém | 30.000 |
| | 10/2 | Palestina | 1.000 |
| | 10/2 | São Domingos | 1.000 |
| | 11/2 | Marabá | 3.000 |
| TOTAL | | | 115.000 |
| **Paraná** | 12/1 | Curitiba | 60.000 |
| | 11/2 | Rincão | 1.000 |
| | 18/2 | Toledo | 5.000 |
| | 09/3 | Maringá | 10.000 |
| | 25/3 | Cambé | 7.000 |
| TOTAL | | | 83.000 |
| **R. G. do Sul** | 13/1 | Porto Alegre | 10.000 |
| | 13/1 | Cachoeiro do Sul | 5.000 |
| | 27/1 | Porto Alegre | 3.000 |
| | 19/2 | Capão da Canoa | 50.000 |
| | 00/3 | Bento Gonçalves | 6.000 |
| | 00/3 | Cruz Alta | 8.000 |
| TOTAL | | | 82.000 |
| **Pernambuco** | 05/1 | Olinda | 20.000 |
| | 07/1 | Olinda | 1.000 |
| | 27/1 | Olinda | 30.000 |
| | 17/2 | Recife | 15.000 |
| | 19/2 | Caruaru | 10.000 |
| | 25/2 | Garanhuns | 4.000 |
| TOTAL | | | 80.000 |
| **Alagoas** | 29/1 | Maceió | 60.000 |
| | 24/2 | Maceió | 2.000 |
| | 25/2 | Arapiraca | 5.000 |
| TOTAL | | | 67.000 |
| **Sergipe** | 00/2 | Aracajú (prepar.) | 35.000 |
| | 26/2 | Aracajú | 30.000 |
| TOTAL | | | 65.000 |
| **Bahia** | 20/1 | Salvador | 35.000 |
| | 29/1 | Lençóis | 3.000 |
| | 05/2 | Juazeiro | 2.000 |
| | 19/2 | Juazeiro | 6.000 |
| | 18/3 | Ilhéus | 10.000 |
| | 23/3 | Vit. da Conquista | 15.000 |
| TOTAL | | | 56.000 |
| **Goiás** | 03/1 | Goiânia | 1.000 |
| | 07/1 | Hidrolândia | 1.000 |
| | 22/1 | Quirinópolis | 5.000 |
| | 05/2 | Jataí | 6.000 |
| | 08/3 | Anápolis | 20.000 |
| | 08/3 | S. L. Montes Belos | 1.000 |
| | 08/3 | Iporá | 4.000 |
| | 08/3 | Catalão | 8.000 |
| | 08/3 | Planaltina | 4.000 |
| | 17/3 | Gurupi | 2.000 |
| TOTAL | | | 52.000 |
| **Mato G. do Sul** | 09/3 | Dourados | 10.000 |
| | 24/3 | Campo Grande | 30.000 |
| TOTAL | | | 40.000 |
| **Maranhão** | 14/2 | São Luiz | 15.000 |
| | 17/2 | Santa Inês | 3.000 |
| | 19/2 | Santa Luzia | 1.000 |
| | 25/2 | Pio XII | 2.500 |
| | 17/3 | Imperatriz | 5.000 |
| TOTAL | | | 26.500 |
| **Paraíba** | 26/1 | João Pessoa | 20.000 |
| | 29/2 | Campina Grande | 8.000 |
| | 25/3 | Campina Grande | 10.000 |
| TOTAL | | | 38.000 |
| **Piauí** | 13/2 | Teresina | 30.000 |
| **Ceará** | 28/1 | Fortaleza | 30.000 |
| **Mato Grosso** | 00/2 | Cuiabá (prepar.) | 5.000 |
| | 20/2 | Cuiabá | 15.000 |
| TOTAL | | | 20.000 |
| **Distr. Federal** | 25/2 | Taquatinga | 5.000 |
| | 26/2 | Ceilândia | 10.000 |
| | 18/3 | Gama | 3.000 |
| TOTAL | | | 18.000 |
| **Santa Catarina** | 14/1 | Camboriú | 15.000 |
| TOTAL | | | 15.000 |
| **Rondônia** | 25/3 | Porto Velho | 11.000 |
| **Amazonas** | 13/1 | Manaus | 1.000 |
| | 18/2 | Manaus | 12.000 |
| TOTAL | | | 13.000 |
| **Amapá** | 15/2 | Macapá | 10.000 |
| **Esp. Santo** | 21/1 | Vitória | 10.000 |
| **Acre** | 19/2 | Rio Branco | 7.000 |
| **R. G. do Norte** | 10/2 | Natal | 4.000 |
| TOTAL GERAL | | | 2.340.000 |




**Nunca em sua história o Brasil conheceu um movimento que galvanizasse tanto a opinião pública como a atual campanha pelas** eleições diretas **já. Mais de 2,5 milhões já foram às ruas exigir o direito de votar para presidente. Os mais amplos setores empenham-se nessa luta. Os generais, em pânico, não sabem como barrar a crescente maré oposicionista.**

A campanha pelas diretas unifica todos os protestos populares. Está presente nas campanhas salariais e nas reivindicações de melhorias nos bairros, na luta pela terra ou na exigência de melhora das condições de ensino, em todas as manifestações populares deste vigésimo ano de regime militar. As grandes massas são o ator principal neste momento histórico, em que a exigência do fim do governo militar é reafirmada pelo povo.

A totalidade dos partidos oposicionistas, setores do PDS e milhares de entidades formam nestas jornadas a maior unidade já ensejada contra os generais no poder. O crescimento avassalador da campanha ainda não venceu os planos continuístas dos militares, que não abdicam do poder. No momento em que fechávamos esta edição, comentava-se que o general Figueiredo anunciaria como pretende enfrentar a campanha pelas diretas no seu pronunciamento relativo ao aniversário da ditadura. O certo é que o povo não descansará enquanto não puser abaixo o regime, e conquistar o direito de escolher um novo governo.




*Mesmo no interior, como em Juazeiro, são realizados atos massivos.*

## Colégio ilegítimo

| | Governo | Oposição |
|---|---|---|
| Deputados federais | 235 | 244 |
| Senadores eleitos | 26 | 19 |
| Senadores biônicos | 19 | 3 |
| Delegados dos Estados pelos critérios de 73 | 84 | 109 |
| Delegados dos Estados pelos critérios de 78 | 94 | 106 |
| Delegados dos Estados pelos critérios atuais | 81 | 57 |
| Total de votos pelos critérios de 73 (1) | 345 | 372 |
| Total de votos pelos critérios de 78 (2) | 355 | 369 |
| Total de votos pelos critérios atuais | 361 | 323 |

**(1)** Estes números incluem os 13 deputados e o senador do PTB, embora não haja garantia de que ele não restabeleça formalmente seu bloco com o PDS
**(2)** Não inclui os senadores biônicos, que só foram fabricados a partir de 15 de novembro de 1978.

**Fonte:** "Colégio Eleitoral" Vergonha Nacional, publicação do Comitê Político Unificado de Haroldo Lima e outros, Bahia.

O quadro acima mostra o porquê das sucessivas modificações que o governo introduziu no Colégio Eleitoral, encarregado de escolher o presidente da República pelo atual método indireto. Se o governo mantivesse as regras, a oposição seria vitoriosa mesmo nas eleições indiretas, coisa inadmissível para os donos do poder, que inventaram o Colégio Eleitoral justamente para eternizar o regime.

O truque mais escandaloso e conhecido é a presença no Colégio dos chamados senadores biônicos, escolhidos à revelia do voto popular, que dão flagrante vantagem ao governo. Mas não menos suja foi a mudança do número de delegados de cada Estado, escolhidos pelas Assembléias Estaduais. Pelos critérios de 1973, que indicaram o general Geisel, cada Estado mandava três delegados, mais um para cada 500 mil eleitores. Pelos de 1978, que referendaram o general Figueiredo, seriam três delegados, mais um por cada 1 milhão de habitantes. Mas nas regras atuais o número é fixo — seis por Estado — o que iguala o peso de São Paulo (que, com seus 13 milhões de eleitores, teria 30 representantes) ao do Acre (que, com seus 115 mil eleitores, teria 4 representantes).

Por isto é que o povo considera o Colégio Eleitoral ilegítimo, biônico, imoral e absolutamente sem condições de escolher um presidente com autoridade para governar o país.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois